

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF



TROPEIROS DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ



Fernanda Gomes da Mota
Celito Kesting

São Raimundo Nonato - PI
Junho de 2015

FERNANDA GOMES DA MOTA
CELITO KESTERING



**TROPEIROS DE
SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ**

São Raimundo Nonato - PI
Junho de 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

Mota, Fernanda Gomes da.

M917t Tropeiros de São Lourenço do Piauí / Fernanda Gomes da Mota, Celito Kesting. – São Raimundo Nonato, PI: UNIVASF, 2014.

96 p. : il. color.

ISBN: 978-85-60382-46-0

1. Piauí - História. 2. *Colonização – Piauí*. 3. Arqueologia histórica. 4. *Tropeirismo - Brasil*. 5. *Tropeiros – Memória*. I. Kesting, Celito. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco. IV. São Lourenço do Piauí (PI).

CDD 981.22

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança. Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades.

Luís de Camões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	ARQUEOLOGIA HISTÓRICA	8
2.1	Trajectoria, Definições, Fontes e Abordagens Teóricas	8
2.2	Panorama das Pesquisas Arqueológicas Históricas no Brasil	21
2.3	Procedimentos Teóricos e Metodológicos	23
3	HISTORIOGRAFIA	28
3.1	História do Tropeirismo no Brasil	28
3.2	Colonização do Piauí	34
3.2.1	O Tropeirismo em São Lourenço na Década de 1920	40
3.2.2	A labuta dos Tropeiros de São Lourenço do Piauí	55
3.3	Dificuldades e Contratempos nos Caminhos	62
3.4	Rotas	64
3.5	Centros Comerciais	69
4	ARQUEOLOGIA E MEMÓRIA	75
4.1	Memória dos Tropeiros	75
4.2	Etnoarqueologia e a Cultura Material dos Tropeiros	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICES	91

1 INTRODUÇÃO

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre ele. (MARC BLOCH, 1998, p. 79)

As fronteiras do território do Brasil foram definidas pelo Tratado de Tordesilhas que legitimava a colonização portuguesa do século XVI. O Brasil que se conhece hoje, porém, foi efetivamente descoberto e desenhado durante os séculos XVII e XVIII, quando os tropeiros desvendaram e abriram caminhos para integrar as regiões. Durante esse período, surgiu o tropeirismo como atividade de apoio à mineração. Essa atividade contribuiu muito para o desenvolvimento econômico da região Sul, Sudeste e Centro Oeste no contexto colonial (PAES, 2001, p. 20).

Segundo Paes (2001, p. 26), o tropeirismo foi uma atividade itinerante desenvolvida intensamente durante o Brasil Colônia. Ainda segundo a mesma autora, o tropeirismo possuía diversas categorias. Ele relacionava-se com o comércio de muares, com produtos de exportação e com o transporte de mercadorias para abastecimento interno. Essas eram produzidas dentro da colônia para abastecer as regiões interioranas com as suas principais vilas e cidades.

Os tropeiros conduziam tropas de cavalos, burros, mulas ou jumentos. Atravessavam extensas áreas, transportando gado e mercadorias. Executavam, também, várias outras tarefas de interesse da população. Responsáveis pelo transporte de mercadorias, eles foram vitais nessa conjuntura histórica.

O tropeirismo chegou à região Nordeste com a expansão das fazendas de gado, para atender à necessidade de transporte das boiadas até os grandes centros comerciais da Bahia e de Minas Gerais. Nessa época, mais precisamente no século XVII, destacou-se a região do atual território do Piauí que era, então, uma grande fazenda de gado. Ligava-se às grandes províncias pelo caminho das tropas (DIAS, 2002). Esse grupo inseriu-se no cenário brasileiro durante o período colonial e perdurou até meados do século XX (SOLERA, 2006 *apud* CARPEGIANI e FILHO, 2009).

O tropeirismo Introduziu-se na história brasileira no momento em que a Colônia passava por uma sensível transformação econômica, política e administrativa, em função da mineração e da consolidação do mercado interno e do incentivo à vida urbana.

É notável o descompasso do tropeirismo com a história do Brasil. A historiografia brasileira surgiu no século XIX com o pioneiro Francisco Adolfo Varnhagen, vencedor de um concurso ofertado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Seu propósito era descrever cientificamente a história do Brasil, tendo em vista que os escritos anteriores pautavam-se em narrativas de cronistas e viajantes (REIS, 2006).

Hoje a Historiografia encontra-se em um momento privilegiado. O aumento quantitativo da produção científica sobre o tem a acompanha-se de um salto qualitativo indiscutível. Embora seja notório esse aumento de pesquisas científicas, a Historiografia brasileira ainda deixa a desejar sobre a história de muitos grupos que tiveram relevância na formação do País. Precisa-se começar a pensar na escrita da história desses grupos muitas vezes relegados ao anonimato e ao esquecimento. Isso é evidente na história do tropeirismo da região Nordeste que quase não aparece nos relatos históricos e nos livros didáticos. Em sua grande maioria, os historiadores enfatizam somente a região Sul e Sudeste.

Segundo Filho e Queiroz (2011) não é demais chamar a atenção para a importância histórica de um fenômeno tão plural quanto o tropeirismo. Muito mais que um ciclo econômico, tal fenômeno configura-se como um dos elementos ontológicos da formação sociocultural de parcela considerável da população do Brasil.

Esta pesquisa teve a intensão de preencher essa lacuna da história da região Sudeste do Piauí com a utilização de referências teóricas e metodológicas da Arqueologia Histórica. Essa disciplina é relativamente nova e encontra-se em fase de amadurecimento (FUNARI, 2005). Ela apresenta grande diversidade de definições e controvérsias sobre sua especialidade. Contudo, é uma disciplina de caráter multidisciplinar que mantém íntimo dialogo com a História, a Antropologia e outras áreas de conhecimento. Ela proporciona ao pesquisador uma multiplicidade de informações necessárias para a compreensão dos processos históricos e sociais da sociedade contemporânea. Seguindo a orientação de Najjar (2005, p. 17),

explora-se, nesta pesquisa, a maior quantidade possível de informações orais, com o intuito de entender a história dos tropeiros de São Lourenço do Piauí e sua relação com a sociedade da região sudeste do mesmo estado e do Submédio São Francisco que integra parte substancial dos territórios atuais da Bahia e do Pernambuco. Esta pesquisa tem como objetivo geral, conhecer o modo de vida desses heróis até agora anônimos, referente ao período de 1920 a 1980.

Serviu-se dos princípios metodológicos da História oral para realizar entrevistas estruturadas com moradores com mais de 80 anos, para alcançar os seguintes objetivos específicos:

- 1 saber quais as funções das tropas, as possíveis rotas, os centros comerciais e as dificuldades encontradas pelos tropeiros;
- 2 buscar objetos que remetem ao tropeirismo na região e
- 3 divulgar a memória dos tropeiros sertanejos.

Para alcançar os objetivos específicos fez-se, também, uso de conceitos e estratégias da Etnoarqueologia. Esta é uma especialidade da Arqueologia que estuda a sociedade contemporânea cujo campo científico define-se como “a aplicação de métodos arqueológicos aos dados etnográficos” (POLONI, 2008). Segundo Silva (2009), a Etnoarqueologia possibilita ao arqueólogo investigar as sociedades contemporâneas e sua relação com o mundo material. Nesse campo é plausível pesquisar uma determinada sociedade viva, visando compreender sua cultura material dentro de uma abordagem arqueológica (POLONI, 2008). Nessa perspectiva, os objetos semelhantes aos usados pelos tropeiros contribuirão para reavivar a memória dos anciãos da cidade de São Lourenço do Piauí. “A cultura material pode ser entendida como um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas” (GHENO E MACHADO, 2013, p. 165).

Na Etnoarqueologia o uso da informação oral assemelha-se ao da Arqueologia Histórica. Difere-se dela, porém, porque se define, em geral, como trabalho de campo relacionado com questões puramente arqueológicas (ORSER, 1992). Entende-se a Etnografia como o estudo descritivo da cultura dos povos, sua língua, raça, religião, hábitos e manifestações materiais de suas atividades. Devido ao método utilizado em campo, é uma ciência social intimamente relacionada com a Arqueologia. Diferem-se, apenas, nos enfoques teóricos (POLONI, 2008, p. 24).

Esta pesquisa justifica-se pela importância que representa o tropeirismo no Brasil, sobretudo no sertão do Piauí. Ele ajudou a suprir as necessidades básicas da população e integrou pessoas de distintas regiões. Ele era praticamente o único meio de comunicação e transporte da época. Dessa forma, o levantamento feito com a utilização dos princípios metodológicos da História Oral proporciona o entendimento das funções desempenhadas e a cultura material utilizada pelos tropeiros na região de São Lourenço do Piauí. Ele contribuirá no fomento aos estudos de Arqueologia Histórica e Etnoarqueologia na região Sudeste do Piauí. Colabora-se, assim, com o fortalecimento da memória e da história desses desbravadores que “diferentemente dos senhores de engenho e dos fazendeiros, [...] faziam parte de uma espécie de elite sertaneja” (PAES, 2001, p. 72). Além disso, estima-se que esta pesquisa seja relevante para a historiografia Lourenciana porque, a partir de um viés arqueológico, abre pistas de investigação de um tema que é pouco pesquisado por historiadores.

O interesse por essa temática surgiu a partir de um trabalho desenvolvido na disciplina de Núcleo Temático, quando se iniciou um levantamento bibliográfico e oral para elaboração de um artigo. A partir daí decidiu-se continuar a pesquisa e conhecer um pouco mais sobre a vida desses sertanejos que contribuíram para a formação da cidade de São Lourenço do Piauí. Os tropeiros de São Lourenço do Piauí são símbolos da historiografia da região vivenciada pelos primeiros moradores do povoado, ainda pertencente a São Raimundo Nonato, num período em que os burros, jumentos e cavalos eram os únicos transportes.

No primeiro capítulo, fazem-se breves considerações a respeito do surgimento e campo de atuação da disciplina Arqueologia Histórica no cenário do continente americano e, especificamente no território brasileiro. Apresentam-se, também, os paradigmas que alicerçaram seu desenvolvimento em âmbito mundial. Faz-se um apanhado geral das pesquisas históricas que se realizaram para nortear a pesquisa com procedimentos teóricos e metodológicos apropriados.

No segundo capítulo, contextualiza-se o tropeirismo no Brasil com a colonização do Piauí. Discorre-se, também, sobre o povoado e os tropeiros de São Lourenço do Piauí na década de 1920. O terceiro capítulo destina-se à memória dos tropeiros e sua cultura material dentro de uma perspectiva etnoarqueológica, a partir de pesquisas orais. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A construção de uma ciência arqueológica histórica perpassa inúmeros estágios, desde definições multidisciplinares até abordagens mais interdisciplinares (COSTA, 2010, p. 9).

Para uma compreensão mais detalhada sobre a Arqueologia Histórica, fazem-se necessários alguns apontamentos a respeito de seu nascimento, da sua atuação e das perspectivas teóricas que embasaram o seu desenvolvimento. Apresenta-se, também, um breve panorama sobre as pesquisas de Arqueologia Histórica no Brasil.

2.1 Trajetória, Definições, Fontes e Abordagens Teóricas

No início do século XX, enfatizavam-se nos Estados Unidos os sítios arqueológicos de relevância histórica e a participação de não arqueólogos nas escavações. O desenvolvimento de um Programa Nacional de Preservação Histórica acarretou o surgimento e o fortalecimento da Arqueologia Histórica como uma área reconhecida nos empreendimentos de Arqueologia (DEAGAN, 2008, p. 67). Desse modo, no final da década de 1930, a Arqueologia Histórica passou a existir enquanto disciplina.

Em oposição à Arqueologia Pré-histórica, ela assumia um caráter ilustrativo a serviço da História, sobretudo em estudos culturais anglo-americanos. Ela viabilizava o emprego de procedimentos apropriados para a escavação de sítios históricos. (ZANNETINI, 2005, p. 14). Enquanto ciência embrionária, remonta ao século XX a elaboração do estudo arqueológico no sentido de organizar e criar uma sistematização dos dados *obtidos in situ* com as escavações arqueológicas.

Após o desenvolvimento de pesquisas com métodos meramente pré-históricos, a Arqueologia Histórica consolidou-se nos Estados Unidos na década de 1960, como um campo de pesquisa oficial (ORSER, 1992). Posteriormente, em 1967, fundou-se a Sociedade de Arqueologia Histórica. Isso ocorreu devido à

insatisfação no que concernia à condução das pesquisas. Abrangia não apenas as técnicas de escavação, mas também o caráter científico que havia ancorado na Arqueologia e os meios com os quais os resultados eram concebidos, inclusive a interpretação dos dados arqueológicos.

A divisão da Arqueologia Pré-Histórica e Histórica no Brasil, embora consolidada, conduz a um sentido tradicional. Considera-se Pré-Histórica a Arqueologia dos grupos humanos sem escrita e Histórica, a dos grupos humanos com escrita (GHENO E MACHADO, 2013). As sociedades com escrita têm uma grande tradição no estudo das grandes civilizações fundadoras do Ocidente e do Oriente Médio. No entanto, o termo Arqueologia Histórica originou-se no Novo Mundo, particularmente na América do Norte, para se referir ao estudo de um período Histórico específico, denominado “moderno” do século XV, em geral nas Américas (FUNARI, 2002, p. 35).

O termo Arqueologia Histórica, com tal definição, não é usado na Europa e na Ásia. Entendem-se como históricas a Arqueologia Clássica e a Egípcia, para mencionar apenas duas delas (FUNARI, 2002). A Arqueologia Histórica na América surgiu pelo estudo de estruturas e artefatos vinculados à classe dominante, como, por exemplo, monumentos e locais relevantes para a construção e validação das grandes narrativas, ou seja, atrelada a uma História tradicional e excludente em que a elite europeia e seus descendentes eram o centro dos estudos (ZANETTINI, 2005, p. 14.).

Tratando basicamente da cultura material dos grupos europeus na América, esta divisão da Arqueologia expandiu-se com o passar dos anos, englobando o estudo dos diferentes grupos humanos do continente americano a partir do período moderno. Surgia, assim, a Arqueologia Histórica para estudar as práticas sociais e os grupos humanos excluídos das narrativas históricas dominantes, pelo viés da cultura material (GHENO; MACHADO, 2013, p. 173). Conforme Najjar (2005), o objetivo da Arqueologia Histórica é conhecer, através da cultura material, temas que a história, pelos seus próprios meios, não consegue acessar, pois os objetos têm um valor simbólico que nem sempre é percebido e/ou descrito pela História.

Considerando que a Arqueologia Histórica na América estuda o início do período moderno em diante, ou seja, do século XV até os dias atuais, compete atualmente à Arqueologia Histórica examinar os primórdios dos processos que

envolvem a modernidade, como o colonialismo, o capitalismo, a globalização e o eurocentrismo (GHENO e MACHADO, 2013, p. 173). Nesse sentido, o que delimita o campo operacional da Arqueologia Histórica na América é exatamente o colonialismo europeu. Partindo dessa referência, a Arqueologia Histórica no Brasil iniciou-se com a expansão europeia e coincidiu com a consolidação do sistema capitalista de uma nova ordem social (SENATORE; ZARANKIN, 2002 *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 164).

Pratica-se a Arqueologia Histórica na América, especificamente na América do Sul, desde o início da Arqueologia profissional. Os trabalhos realizados durante as décadas de 1960 e 1970 consistiam em escavações conduzidas por não arqueólogos, em geral, historiadores e arquitetos (LIMA, 1993; FUNARI, 2003 *apud* ZARANKIN e SALERNO, 2007, p. 19). A finalidade desses trabalhos era buscar correlatos materiais de documentos escritos, resgatar objetos ou estruturas de valor histórico, fornecer informações sobre trabalhos de restauração ou satisfazer a curiosidade de seus empreendedores. Desse modo, em 1980, a Arqueologia Histórica transformou-se em um campo especializado de estudos da cultura material. Constituía uma via alternativa de informação sobre o passado. Os arqueólogos se interessavam em construir múltiplas visões sobre a história recente, em muitos casos, oposta ou diferente das propostas pela história oficial (JOHNSON, 1996 *apud* ZARANKIN; SALERNO, 2007, p. 19). O estudo da cultura material histórica permitiu, assim, conhecer as tensões sociais e a variedade de situações sociais vivenciadas (FUNARI, 2002, p. 37).

South (2007, p. 136) afirma que, tradicionalmente, a Arqueologia Histórica na América era orientada para objetivos específicos focados em complementar informação de documentos históricos. Localizava estruturas arquitetônicas, recuperava e descrevia artefatos associados a estruturas e correlacionava dados arqueológicos com históricos.

Diante disso, tem-se buscado mostrar que a Arqueologia Histórica não é uma simples ancila, serve ou auxiliar da documentação escrita e da ciência da História. A cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se com as fontes escritas.

Durante muito tempo, via-se a Arqueologia como auxiliar da Antropologia ou da História. Ela era considerada uma disciplina independente, porém, intimamente relacionada com a História e com outras ciências sociais. Em relação a esse embate, Lima (2002 *apud* Gheno e Machado, 2013, p. 166) afirma que uma disputa entre o caráter antropológico ou histórico da Arqueologia já não faz mais nenhum sentido nos dias atuais, pois “tanto a Antropologia tem uma dimensão histórica, quanto a História tem uma dimensão antropológica, e a Arqueologia deve transitar na inserção entre elas”. Sendo assim, não se deve considerar a Arqueologia como auxiliar de nenhuma outra disciplina, mas sim como uma área que busca o “diálogo” com diferentes saberes. Orser (1992, p. 27), diz que: “A Arqueologia Histórica não é nem apenas História nem Antropologia, ou nem mesmo uma junção da História e da Antropologia, mas, simplesmente, a Arqueologia Histórica, um campo muito diverso de investigação”.

A Arqueologia Histórica objetiva investigar, descrever e explicar o comportamento humano a partir dos vestígios da cultura material. Seu foco é reconstruir o modo de vida das pessoas. Reconstruir modos de viver passados é descrever seus tipos de comida, padrões de moradia, vida cotidiana, relações econômicas, estruturas sociais, enfim, a cosmovisão de determinados grupos sociais. Tudo isso se faz com o intuito final de entender processos regionais e globais mais amplos como o colonialismo, o capitalismo e a escravidão. A Arqueologia Histórica procura, também, conhecer e entender a condição humana com a tarefa de confirmar, suplementar e ou desafiar a história que se conhece somente através de documentos escritos. Ainda que utilize dados e métodos históricos, propõe-se a reescrever a história através de inúmeras questões e interpretações alternativas, todas proporcionadas pela cultura material (COSTA, 2010, p. 25-26).

Ao longo dos anos, o conceito de Arqueologia Histórica vem sendo motivo de discussões entre vários estudiosos, devido à variedade de definições sobre sua especialidade. A definição exata de Arqueologia Histórica constitui, provavelmente, a questão mais controversa na atualidade (FUNARI, 1996, p. 164).

Nas últimas décadas, as características distintivas da Arqueologia Histórica foram alvo de debates, com o intuito de afastar o papel de suplementar de “história subordinada” que possuía, como também com a intenção de elevar-se o patamar

profissional do campo e de seus proponentes. Deixa de ser uma simples disciplina que, em termos gerais, é entendida como estudo da sociedade com escrita (FUNARI, 2007, p. 52).

Dessa forma, buscando contornar tal problemática, Funari (1996, p. 166) afirma que o objeto de estudo da Arqueologia Histórica passa a ser justamente a “interação entre dominantes e dominados, letrados e iletrados, em diferentes contextos culturais e cronológicos”. A partir daí, observam-se os contatos multiculturais e as contradições das sociedades pretéritas, as tensões sociais que podem ser interpretadas tanto nos documentos históricos quanto nos vestígios materiais.

Diante de inúmeras definições, Orser (1996, p. 22) diz que:

o que distingue a arqueologia histórica não é o período histórico estudado, mas como cada elemento se adaptou e foi transformado pelo processo que de início, levou o europeu a estabelecer assentamentos coloniais em todo o mundo e, posteriormente, a formar novas nações. Tendo em vista essa consideração, a arqueologia histórica que está emergindo atualmente se define como o estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação até os dias atuais.

Algumas abordagens recentes, focadas em processos sociais como o colonialismo e o avanço de uma economia mundial capitalista servem para incorporar sociedades não europeias enquanto agentes ativos da história (FUNARI, 2007, p. 53). De forma geral, entende-se a sociedade moderna como o resultado de transformações da vida cotidiana. Os conceitos empregados para caracterizar a Arqueologia Histórica surgiram dos estudos coloniais ingleses estabelecidos nos Estados Unidos do século XVIII (ZARANKIN e SALERNO, 2007, p. 18). Alguns investigadores consideram que estes conceitos sintetizam um conjunto de regras que pode ser identificado na cultura material da vida cotidiana.

Por outro lado, a definição da Arqueologia Histórica como o estudo da difusão e manifestação cultural do mundo moderno, parece dar conta de apenas uma parte da questão, pois continuidades milenares podem ser tão ou mais importantes que a crescente europeização do globo (FUNARI, 1996, p. 166). A força da Arqueologia Histórica reside justamente no estudo das coisas da vida diária aparentemente pouco importantes para um olhar leigo, mas que estão intimamente associadas a

processos sociais mais amplos (LIMA, 2002 *apud* GHENO e MACHADO, 2013, p. 167).

Segundo Herberts (2009 *apud* Gheno e Machado, 2013, p. 163):

[...] não há uma única definição para a Arqueologia Histórica que inclua todas as possibilidades de investigação e que seja aceita unanimemente entre todos os arqueólogos. A própria delimitação do campo de estudo e a abrangência da Arqueologia Histórica Brasileira estão em conceituação e discussão, como todo campo de pesquisa em construção.

O pesquisador que trabalha com Arqueologia Histórica pode utilizar uma variedade enorme de fontes de informações em seus estudos, diferentemente do arqueólogo que trabalha com a Pré-história. Segundo Orser (1992, p. 31), “cada uma delas é usada pela Arqueologia Histórica de maneira específica”. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria arquitetura podem informar o pesquisador sobre as relações entre ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade (NAJJAR, 2005, p. 17).

Em relação às fontes utilizadas pela Arqueologia Histórica, é comum o estudo de artefatos, estruturas, arquitetura, documentos escritos, informações orais e informações pictóricas. De acordo com Orser (1992, p. 31),

Os artefatos em Arqueologia Histórica são aqueles itens fabricados ou modificados pela ação humana, incluindo fragmentos de cerâmica, louças, garrafas, metais, obras de arte entre outros objetos que apresentam atividade humana em sua manufatura. Assim como na Arqueologia Pré-histórica, esses artefatos são estruturas em termos de seus métodos de manufatura, os materiais de que são confeccionados, onde foram confeccionados, para que serviam e como foram encontrados. (...) A Arqueologia Histórica estuda os objetos que são semelhantes, tanto em forma quanto em função, aqueles hoje em uso: vasos de cerâmica, pintados em azul, verde, vermelho, garrafas de vidro usadas como recipientes de vinho e remédios, botões e assim por diante.

Orser (1992, p. 33) refere-se à estrutura como qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida, mas que fornece importantes informações acerca das atividades desenvolvidas no sítio. As estruturas históricas incluem poços, trincheiras, lareiras, fossas sanitárias, casas, bases de traves e compartimentos. Além dessas estruturas, geralmente pequenas, há algumas que são, com frequência, tão grandes que podem ser consideradas como parte da paisagem cultural. São, em geral, casas, fortes e outras edificações. Para Najjar

(2005, p. 18), além das casas, as igrejas, os fortes e as fazendas igualmente se apresentam como potencialmente importantes para o conhecimento de suas épocas e o comportamento dos ocupantes.

Através da arquitetura, os edifícios fornecem informações para Arqueologia Histórica, por meio de duas tradições. Em geral, são consideradas como acadêmicas ou vernáculas. Conforme Orser (1992, p. 35), a tradição acadêmica é ensinada e praticada por arquitetos profissionais. Ela pode ser dividida em diversos estilos diferentes como: clássico, grego, romano, gótico, rococó e assim por diante. Suas características são de fácil identificação. Por outro lado, a arquitetura vernácula consiste em estilos que refletem a tradição cultural. Ela demonstra, em geral, as verdadeiras atitudes e crenças de um povo de maneira mais intensa do que a arquitetura acadêmica. Entretanto, no decorrer do tempo, ambas tendem a interagir com a consequente influência recíproca (ORSER, 1992, p. 37). Os edifícios como fonte da Arqueologia Histórica, quando examinados com cuidado, produzem informações sobre quando foram construídos, quando foram feitas as reformas e quais são os cômodos mais importantes.

Na Arqueologia Histórica utilizam-se os documentos escritos como informações adicionais que contribuem para a interpretação do contexto arqueológico. Segundo Orser (1992, p. 39), eles são tão importantes quanto os artefatos e os edifícios. Estes documentos permitem que os arqueólogos trabalhem, parcialmente, como historiadores, já que devem compreender como achar e interpretar documentos escritos da mesma maneira que os historiadores. Contudo, devem também saber integrar a informação proveniente dos documentos com suas descobertas.

Historiadores e arqueólogos exploram tanto as fontes históricas primárias quanto secundárias. Orser (1992, p. 40) descreve fontes secundárias como:

Aquelas que foram produzidas por pessoas que não testemunharam os acontecimentos do passado. Elas incluem os livros que os próprios historiadores escrevem. Esse tipo de fonte pode revelar o progresso do conhecimento histórico em determinados períodos. Ele é importante tanto para arqueólogos quanto para historiadores. As fontes secundárias estão constantemente sendo reescritas pelos historiadores, na medida em que novas informações são descobertas e novas interpretações são propostas.

Os documentos primários são utilizados com frequência pelos arqueólogos e historiadores. Dentre esses documentos estão os registros oficiais (certidões de nascimento e óbito, entre outros) e os registros pessoais (cartas, diários e memória). Eles são importantes para o arqueólogo pelo fato de fornecerem informações que não estariam disponíveis em nenhuma outra fonte (ORSER, 1992, p. 40). Os trabalhos históricos secundários também se baseiam nessas fontes primárias, por serem escritos de valor histórico que foram produzidos por observadores diretos ou por pessoas contemporâneas dos acontecimentos relatados.

Os registros históricos escritos relativos a sítios arqueológicos históricos possibilitam ao arqueólogo complementar informações obtidas a partir do registro arqueológico, corroborando para a formação do contexto arqueológico. Todavia, o documento escrito por si só não é o suficiente para se alcançar tais informações.

No que diz respeito à informação oral, Orser (1992, p. 45) profere que:

Tal fonte é semelhante aos documentos escritos, sendo usada, em geral, em sítios de ocupação contemporânea. Ela torna-se útil, geralmente, em estudos sobre um sítio ocupado em tempos ainda presentes na memória de testemunhas. Essa informação pode ser utilizada em sítios arqueológicos de duas maneiras distintas: como complemento e suplemento à informação arqueológica e escrita e como fornecedora de informação nova.

Quando usada como suplemento, a informação oral auxilia a Arqueologia Histórica tanto em termos específicos como gerais. Um exemplo dessa utilização é a compreensão da fabricação e do uso de um artefato específico. Como fornecedora de novas informações, essa fonte pode dar ideias ao pesquisador sobre uma nova linha de pesquisa que pode não estar evidente na leitura dos documentos escritos.

Assim sendo, utiliza-se a informação oral na Arqueologia Histórica como provedora de dados para a compreensão de um passado recente, transmitido por pessoas comuns que a carregam na memória. O uso da informação oral pertinente aos sítios e aos tipos de artefatos escavados pelos arqueólogos demonstra que a Arqueologia Histórica é um tipo único de Arqueologia (ORSER, 1992, p. 50).

Dentre as fontes da Arqueologia Histórica, as informações pictóricas também são utilizáveis, sendo uma das mais interessantes entre elas. Em termos de Arqueologia Histórica, a informação pictórica pode ser dividida em quatro tipos: mapas; desenhos; pinturas e fotografias. Cada categoria de fontes possui uma grande potencialidade como apoio à pesquisa arqueológica histórica.

Os mapas são benéficos para a Arqueologia Histórica na medida em que apresentam uma representação gráfica da localização de edifícios e sítios ou pelo menos sua suposta deposição. Os desenhos e as pinturas também podem ser úteis, apesar de os arqueólogos deverem sempre estar conscientes de que os artistas podem tomar liberdade em seus trabalhos por razões estritamente criativas e artísticas. Essa fonte, além de documentar a data, o uso e a aparência física dos artefatos, fornece informações sobre a vida e a transformação cultural. As fotografias são adequadas para os arqueólogos de maneira semelhante às informações pictóricas. Ao contrário dos mapas, desenhos e pinturas, as fotografias não exigem qualquer habilidade gráfica ou artística para serem produzidas e, normalmente, podem ser encontradas nas casas de muitas pessoas (ORSER, 1992, p. 54).

Esta peculiaridade da Arqueologia Histórica, de poder confrontar diversas fontes, também designa a esta subdisciplina um papel de destaque no estudo dos grupos humanos. Além de dar voz aos esquecidos pela História Tradicional, ela possibilita a análise de domínios em que o registro documental é falho ou extremamente tendencioso (FUNARI, 1996 *apud* GHENO e MACHADO, 2013, p. 166).

No universo da pesquisa arqueológica, diversas foram as correntes teóricas que estiveram à frente das pesquisas ao longo das últimas décadas. Influenciadas por paradigmas que variam conforme o tempo, essas estruturações teóricas organizam a forma de pensar o objeto arqueológico e direcionam seu olhar para objetivos específicos (REZENDE, 2006, p. 52). A teoria está presente em cada etapa da pesquisa, ainda que nem sempre de forma explícita. Cada abordagem possui seu próprio mérito e nenhuma perspectiva pode ser considerada absolutamente ou completamente certa ou errada.

Desde o seu surgimento, diversas teorias desenvolveram-se e, de certa forma, continuam sendo utilizadas até hoje. Herdeira do nacionalismo do século XIX, a Arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida (FUNARI, 2005, 2012, p. 48). Segundo Najjar (2005, p. 14), até a década de 1960, o modelo histórico-cultural foi a perspectiva teórica imperante nos trabalhos arqueológicos, voltados exclusivamente a exaustivas descrições de sítios e materiais arqueológicos. Era uma arqueologia preocupada com a evolução e a história das culturas.

De acordo com Funari (2012, p. 49),

[...] o modelo histórico-cultural parte do pressuposto de que as pessoas compartilham, de forma homogênea, os traços culturais e que as tradições passam de geração em geração. Todos os indivíduos de determinado grupo compartilham as mesmas ideias e a mesma cultura material.

Orser (1992, p. 61) diz que a ênfase da integração histórico-cultural centra-se no estabelecimento de um quadro histórico e cultural para regiões inteiras e, até mesmo, continentes, em relação a povos antigos que são conhecidos, principalmente pela Arqueologia. Ainda segundo o autor, na Arqueologia Histórica, o equivalente mais semelhante da integração histórico-cultural consiste na visão que considera a Arqueologia como uma ciência auxiliar da História.

No que tange à abordagem histórico-cultural na Arqueologia Histórica, em sua versão empobrecida, Lima, (2002 *apud* Gheno e Machado, 2013, p. 168) afirma que:

Além do caráter pontual, empirista, descritivo, classificatório e biográfico do referido modelo teórico, há uma preferência pelo estudo de estruturas e artefatos remanescentes dos poderes religioso, militar e civil, conferindo à subdisciplina um caráter elitista.

Estas características vão de encontro à Arqueologia Histórica praticada por alguns pesquisadores nos Estados Unidos, que buscam atuar em sítios associados a lugares e personagens importantes na ideologia nacional dominante, em detrimento de análises que abarquem a diversidade dos grupos humanos em um mesmo contexto (ORSER, 2005 *apud* GHENO e MACHADO, 2013, p. 169). Esse modelo, ainda que tenha sofrido muitas críticas por seus equívocos (generalizações descoladas da realidade), continua a ser o mais utilizado em arqueologia, em suas múltiplas variantes e formas (FUNARI, 2012).

Apesar das constantes críticas ao modelo histórico-cultural, devido à precariedade das análises empregadas, deve-se situá-lo como parte de um processo dialético e de amadurecimento da ciência arqueológica. Ao arqueólogo, tendo novas possibilidades teórico-metodológicas em mãos e aceitas em ambiente acadêmico, as críticas ao passado são de fácil elaboração. No entanto, antes de se desmerecer o modelo histórico-cultural, deve-se reconhecê-lo como etapa importante na construção do pensamento arqueológico (GHENO e MACHADO, 2013). Embora vinculado a preceitos nacionalistas de integração cultural, a concepção histórico-cultural resultou em um significativo aperfeiçoamento de

métodos arqueológicos, sobretudo a seriação, estratigrafia, classificação e aumento da compreensão do modo como se vivia no passado (TRIGGER, 2004).

Considerada por Najjar (2005) como movimento de transformação e marco na arqueologia moderna, a Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia, surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos, liderada por Lewis Binford, como alternativa aos pesquisadores que acreditavam serem possíveis análises mais profundas dos grupos com o meio em que viviam. Essa teoria começou com o grito de guerra de que “a Arqueologia é Antropologia ou não é nada”, em claro desafio ao caráter histórico da Arqueologia histórico-cultural (FUNARI, 2012).

De modo geral, tal corrente teórica surgiu do sentimento de insatisfação com a situação da Arqueologia até aquele contexto. Ela nasceu com o intuito de fazer uma mudança na disciplina científica. Os arqueólogos que seguiram essa linha buscavam “ser mais científicos e mais antropológicos” (JOHNSON, 2000). Um dos pressupostos básicos da Nova Arqueologia é a busca de “elementos universais de comportamento humano, que não se limitariam a uma ou outra sociedade” (FUNARI, 2012). Começou-se a utilizar teorias e métodos nas investigações arqueológicas, o que deu ao Processualismo um caráter positivista em decorrência de seu rigor científico (GHENO e MACHADO, 2013). Os novos arqueólogos passaram a utilizar recursos estatísticos e matemáticos para validar cientificamente as pesquisas (NAJJAR, 2005).

Como a Arqueologia Histórica na América estuda o mundo moderno, o comportamento relacionado aos hábitos de consumo acabou sendo uma determinante esta linha de pesquisa. Symanski (1996 *apud* Gheno e Machado, 2013), afirma que o principal tema de debate nos trabalhos de orientação processual em Arqueologia Histórica diz respeito ao modo no qual a variabilidade do *status* social é refletida arqueologicamente.

Na Arqueologia Histórica processual, os aspectos relacionados ao caráter adaptativo da cultura são, contudo, minimizados em detrimento das variáveis socioculturais. Mantém-se, contudo, a necessidade de se fazer uma investigação orientada cientificamente, baseada, sobretudo, na aplicação de métodos estatísticos para a coleta e análise de dados (SOUTH, 1977 *apud* SYMANSKI, 2009). Uma premissa básica da abordagem processual na Arqueologia Histórica é que o comportamento humano é padronizado de acordo com linhas culturais e sociais, de

modo que os correlatos materiais deste comportamento, ou seja, os artefatos que compõem o registro arqueológico devem ser padronizados (SYMANSKI, 2009). Essa abordagem mais antropológica diferencia-se, ainda mais, do modelo histórico-cultural, ao centrar-se na explicação em vez de simples descrição, encarando a Arqueologia mais como uma ciência do que como um tipo de História (ORSER, 1992).

Trigger (2004) critica a Nova Arqueologia por esta se proclamar produtora de generalizações objetivas e etnicamente neutras baseadas em um anti-historicismo. Todavia, reconhece que tal perspectiva foi importante na etapa de formação do pensamento arqueológico atual, principalmente no que se refere à elaboração de minuciosos métodos e técnicas científicas.

A partir da década de 1980, começaram a surgir críticas contundentes ao enfoque teórico processualista, em meio a um contexto de discussões científicas mais amplas, difundindo-se o pós-modernismo e as discussões em torno da ideia da veracidade científica. Com isso, em contrapartida a esse modelo processual, surgiu na Europa, em especial na Inglaterra, a Arqueologia Pós-processual como uma nova forma de interpretar os dados arqueológicos.

Esta abordagem foi criada pelos arqueólogos Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley, a partir da insatisfação com a Arqueologia processual, e em parte devido a sua perspectiva histórica. Esses pesquisadores voltavam-se para os estudos do poder social, da ideologia e de gênero (ORSER, 1996; COSTA, 2010).

Estes externavam o desejo comum de reconstruir a Arqueologia com novos pressupostos teóricos e metodológicos e uniram-se aos aportes das ciências humanas e sociais contemporâneas, em um ataque devastador tanto ao modelo histórico-cultural quanto ao processual, caracterizados como discursos a serviço das potências imperialistas e da exploração (FUNARI, 2005; FUNARI, 2012).

Na Arqueologia Pós Processual, veem-se os objetos como elementos ativos, utilizados para produzir e reproduzir relações sociais, atendendo para o significado cultural que a cultura material possuía para uma determinada sociedade. Seguindo uma tradição hermenêutica e idealista, considera-se o registro arqueológico como um texto a ser lido e interpretado, antes do que um laboratório do comportamento humano (SYMANSKI, 2009).

Segundo Najjar (2005), este pensamento contribuiu para a Arqueologia na medida em que legitimou a possibilidade de utilização de uma pluralidade de métodos interpretativos em uma mesma pesquisa, o viés simbólico da cultura material e as análises qualitativas ao invés das quantitativas. O Pós-processualismo também é conhecido como contextual, pois se preocupa com o “contexto histórico e social da produção de conhecimento, com a subjetividade e comprometimento do arqueólogo com os grupos sociais” (FUNARI, 2012, p. 51). Sua atenção centra-se em análises de diferenças, desigualdades e conflitos (SYMANSKI e SALERNO, 2007).

O enfoque contextual baseia-se na convicção de que os pesquisadores precisam examinar todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica a fim de compreender o significado de cada uma de suas partes (TRIGGER, 2004). A Arqueologia Pós-processual ou Contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos.

Para se compreender melhor o Pós-processualismo, recorre-se à noção estabelecida por Lima (2002 apud GHENO e MACHADO, 2013, p. 170):

Essa reação, que trouxe consigo o retorno ao historicismo e ao particularismo da velha e desprezada História Cultural, valorizando contextos históricos, ideologias e diversidade, voltou-se para a investigação das estruturas subjacentes às expressões culturais, para os significados da cultura material e sua dimensão simbólica, para o indivíduo em lugar do sistema.

Com base nesses fatores, e reconhecendo que dentro das sociedades há grande variação, o pensamento pós-processualista procura estudar a dinâmica interna das sociedades, das relações de poder, dos conflitos de classe e de gênero dentro de contextos históricos específicos (FUNARI, 2012; LIMA, 2002 apud GHENO e MACHADO, 2013, p. 171). Os trabalhos de orientação pós-processual aderem a análises profundamente interpretativas da cultura material, embasadas no que existe de mais recente na produção teórica das ciências sociais (SYMANSKI, 1996 apud GHENO e MACHADO, 2013, p. 171). Em suma, tem-se na Arqueologia Histórico-cultural uma ênfase em cronologias de culturas, no Processualismo leis gerais de comportamento e no Pós-Processualismo um viés contextual, simbólico e crítico.

Enfim, as três principais linhas de pensamento arqueológico, os modelos histórico-cultural, processual e pós-processual, precisam ser reconhecidas como etapas de um processo dialético de construção dos referenciais teóricos da Arqueologia. Antes das críticas, é preciso considerar que a convivência de teorias distintas e, às vezes, contraditória institui uma salutar característica da Arqueologia na atualidade (FUNARI, 2012, p. 53). Desta forma, não se pode simplesmente menosprezar nenhum dos modelos. Assim fazendo, comete-se o mesmo erro de alguns pesquisadores processualistas que rejeitaram a aproximação da Arqueologia com a História.

2.2 Panorama das Pesquisas Arqueológicas Históricas no Brasil

A Arqueologia Histórica emergiu no Brasil na década de 1960 como prática de pesquisa institucionalizada. Nesse período, as pesquisas voltavam-se principalmente para as Missões Jesuíticas e os sítios de contato da região Nordeste (LIMA, 1993; SYMANSKI, 2009; NAJJAR, 2005, p. 17). Essas investigações eram promovidas por profissionais experientes nas temáticas inerentes à Pré-história (COSTA, 2010; GASPAR, 2003, p. 270). Com influência do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), essas pesquisas fundamentavam-se na abordagem teórica da Arqueologia Historicoculturalista, caracterizada desde o seu surgimento por um modelo descritivo e classificatório empirista dos vestígios materiais dentro de uma estrutura espacial e temporal. Este paradigma predominou nas referências de estudos arqueológicos desde o final do século XIX até meados do XX, sendo usado até os dias atuais. Tal abordagem foi bastante fértil nos anos de 1960 e 1970, durante a realização de estudos comparativos, especialmente com cerâmicas dos sítios espanhóis e missionários na região Sul do Brasil (SYMANSKI, 2009, p. 02).

Ainda na década de 1970, continuaram-se as pesquisas das missões jesuíticas no sul do país e nos sítios de contato do Nordeste. Essas pesquisas prosseguiram com os mesmos princípios teóricos e metodológicos das pesquisas anteriores. Nesse período, a Arqueologia Histórica foi também introduzida em projetos de restauração de monumentos históricos, todavia, subordinada à

arquitetura, tendo em vista a exposição de estruturas, identificação de áreas funcionais e a recuperação de métodos e técnicas de construção (SYMANSKI, 2009, p. 2).

As pesquisas de Arqueologia Histórica no Brasil ampliaram-se a partir da década de 1980 com orientações teóricas distintas. Segundo Lima (1993 *apud* Symanski, 2009, p. 3), “surgiram novas perspectivas e o interesse em estudos sobre os grupos étnicos, as práticas cotidianas, a reinterpretação da historiografia oficial e a recuperação das memórias sociais”.

Naquele período, houve um considerável aumento de arqueólogos e cursos de pós-graduação da disciplina. Esses foram fortemente influenciados pela tendência processualista, recém-surgidos no âmbito nacional, com a proposta de mudança na forma como a disciplina vinha sendo praticada, sobretudo, com vistas a sanar a demasiada descrição dos dados arqueológicos e a insuficiência explicativa sobre o comportamento humano. Eles trouxeram à tona aspectos políticos ideológicos e simbólicos. Deste modo, essa nova geração de profissionais enfatizou os processos culturais como um todo, sucedidos em cada contexto especificamente.

A partir daí estudos históricos começaram a contemplar uma diversidade de sítios monumentais, desde fortes, igrejas e palácios, principalmente com projetos de restauração, coordenados, em sua maioria, por arquitetos e historiadores. Iniciaram-se, também, estudos na região Sudeste sobre unidades domésticas ocupadas pelas elites e pelos subordinados, com o intuito de explorar a dinâmica social (SYMANSKI, 2009, p. 3).

Os estudos de Arqueologia Histórica vêm crescendo no Brasil desde as últimas décadas do século passado, quando Arno Kern, Tânia Lima, Pedro Paulo Funari e Paulo Zanettini, na década de 1990, apesar de adotarem diferentes concepções teóricas e metodológicas, foram os precursores desse novo campo, (NASCIMENTO, 2009 *apud* GHENO e MACHADO, 2013). Nessa década, inaugurou-se uma nova fase da Arqueologia Histórica no Brasil, refletida em trabalhos que contemplam temas como: gênero, etnicidade, capitalismo e paisagem (NAJJAR, 2005). Segundo Costa (2010), a Arqueologia Histórica brasileira estava focada no estabelecimento do capitalismo em diversas regiões do país, em manifestações de consumo, práticas e ideológicas, nas relações entre paisagem e poder e nos estudos sobre identidades e encontros culturais.

Conforme Lima (1993), a maioria dos trabalhos realizados nesse período manteve o caráter descritivo das décadas anteriores. Entretanto, as pesquisas voltadas para a análise de objetos que compunham o cotidiano de agentes sociais no contexto do século XIX eram fundamentadas no Processualismo e no Pós-processualismo (GHENO e MACHADO, 2013). A abordagem pós-processual ou contextual obteve elevada notoriedade na Arqueologia Histórica brasileira nos anos de 1990, sendo adotada, sobretudo pela geração de arqueólogos que conseguiram seus títulos de mestre naquele período. É assim que, nos últimos vinte anos, uma diversidade de sítios históricos desconsiderados nas décadas anteriores começou a ser estudada, tais como registros, povoados e sítios associados à atividade de mineração, engenhos, senzalas, lixeiras coletivas, cemitérios e estradas coloniais.

Na atualidade, a Arqueologia Histórica, embora continue a ter a cerâmica como uma das principais categorias materiais, tem dado ênfase especial às diversas categorias de louças (faiança, faiança fina e porcelana) além de material vítreo e metal (SYMANSKI, 2009). É notório que a partir da década de 1990, as pesquisas nos sítios missioneiros diminuíram de intensidade ao mesmo tempo em que os arqueólogos começaram a dar maior atenção aos sítios e vestígios materiais relacionados à escravidão africana. Em resumo, é possível inferir que a Arqueologia Histórica no Brasil tem se identificado nos últimos vinte anos com duas correntes de trabalho, uma mais ilustrativa e outra mais crítica (SYMANSKI, 2009; COSTA, 2010).

23

2.3 Procedimentos Teóricos e Metodológicos

Não só no campo da Arqueologia, como nas diversas áreas do conhecimento científico, uma vez definidos os objetivos e destacada a importância do objeto ou tema de estudo, o pesquisador deve definir os caminhos teóricos e metodológicos a serem seguidos. Cabe ao arqueólogo refletir sobre qual a teoria e os métodos que melhor se adaptam ao seu tema de pesquisa. É assim que a pesquisa arqueológica desvia-se de modismos teóricos e de convenções de opinião. Baseada nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida com os tropeiros de São Lourenço do Piauí seguiu os princípios adotados pelas Arqueologia Pós Processual e Social cujo principal difusor é o arqueólogo Ian Hodder. Essa perspectiva propõe que a Arqueologia estabeleça laços tradicionais com a História (ORSER, 1992). Seguindo

essa linha de pensamento, toda interpretação do passado deve levar em consideração a ideia de que as ações humanas acontecem em um contexto cultural e histórico que é inteligível pelos próprios agentes sociais.

Do ponto de vista pós-processual, a Arqueologia Histórica tem sido considerada em muitas pesquisas atuais como o estudo da conformação do mundo moderno (ORSER, 1996; apud ZARANKIN e SALERNO, 2007). Essa formação é requisitada como um processo de transformação que compreendeu diversos aspectos da vida cotidiana. Nessas pesquisas, o que se ressalva é a inquietação em compreender os contextos locais e como estes se associaram com as forças mais amplas que modelaram o mundo atual.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, o contexto estudado não se restringiu tão somente a preceitos arqueológicos. Procurou-se realizar um estudo multidisciplinar em que a História interagisse com a ciência arqueológica na busca de entender o modo de vida deste passado recente, apontando e mencionando a cultura material referente ao contexto pesquisado.

A metodologia empregada seguiu os métodos propostos por Funari e Carvalho (2005), dividindo a pesquisa em duas categorias de fontes: literárias ou documentais e materiais ou arqueológicas. Segundo esses autores, para o estudo das sociedades, pode-se usar uma variedade de modelos antropológicos ou sociológicos. De acordo com essa perspectiva, efetuou-se o levantamento bibliográfico e oral que colaborou na execução das entrevistas e nas discussões dos resultados.

Na pesquisa de campo utilizou-se o procedimento de coleta de informações na modalidade de História Oral temática porque ela complementa as informações originadas de documentos e/ou evidencia o que ainda não foi efetivamente documentado. Nesse sentido, a oralidade possibilita entender a vida das pessoas no contexto social, pois, segundo Thompson (1992, p. 44), “é uma história construída em torno da vida das pessoas”.

Os pesquisadores que utilizam a História Oral entendem que ela é uma ponte entre a teoria e a prática. Ela estabelece e ordena procedimentos de trabalho, como os tipos de entrevista e suas implicações para a pesquisa. Utiliza-se, assim, a

História Oral como método de investigação científica, dependendo da orientação da temática.

Como procedimento metodológico, a História Oral busca registrar e, portanto, vincular impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. Para Alberti (2005, p. 18), a História Oral pode ser definida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica), que se ocupa em “[...] estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”.

As primeiras sementes envolvendo a História Oral foram lançadas no Brasil, no século XX, mais precisamente na década de 1970. Logo em 1973, criou-se o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC). Ele tinha o objetivo de abrigar documentos relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas. A fonte inspiradora dos primeiros trabalhos esteve associada às tendências norte-americanas e europeias (ALBERTI, 2005).

Somente a partir da década de 1990, a História Oral alcançou outras instituições do Brasil, com o Movimento da História Oral que se ampliou significativamente tanto no Brasil quanto no exterior e, posteriormente em 1994 à fundação da Associação Brasileira de História Oral (ALBERTI, 2005). Como consequência disso, houve maior interesse pela compreensão da história do tempo presente e a exploração da História Oral como método científico, além do diálogo multidisciplinar com outras áreas de conhecimento.

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à Historiografia. Alberti (1980 *apud* Matos e Senna, 2011), afirma que:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possam entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. Nesse sentido, centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido.

O testemunho oral pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais sucedidos como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo que cada indivíduo investe em sua relação com a história (NORA, 1993).

Segundo Portelli (2006 apud Matos e Sena, 2011, p. 101), as fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, o imaginário e os pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela impõe-se como primordial para a compreensão e o estudo do tempo presente. Através dela podem-se conhecer os sonhos e anseios, as crenças e lembranças do passado de pessoas simples e anônimas, sem *status* político ou econômico algum, mas que viveram os acontecimentos de sua época.

A memória é a base instituidora da oralidade. Le Goff (1996) pontua que a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais, pois com ela se readquire o estudo por intermédio das testemunhas. Os estudos da memória são fundamentais para conduzir as reflexões, o que traz desdobramentos teóricos e metodológicos importantes. Conforme Nora 1993 apud Matos e Sena, 2011, p. 103,

[...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque a operação intelectual e laicizante demandam análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica.

A História Oral temática faz parte de um gênero em que se realizam questionamentos a respeito de um tema específico, por meio de entrevista. É importante porque viabiliza o aprendizado de algo inédito com o qual se constroem novos conhecimentos. Por possuir maior proximidade com soluções encontradas em outras áreas de conhecimento, esse gênero exige maior clareza em seus procedimentos (MEIHY e HOLANDA, 2010). Nesse sentido, o uso da História Oral tornou-se essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, na medida em que possibilitou entender, pela memória das pessoas, a sua história e a sua materialidade por meio da oralidade.

Dentro dessa perspectiva, planejaram-se os procedimentos metodológicos e seguiram-se devidamente as suas etapas, como gravação, transcrição das entrevistas e análise das informações. A entrevista é a principal etapa. É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer da História Oral (ALBERTI, 2005).

Nesta pesquisa, fizeram-se entrevistas estruturadas. Seguiu-se um roteiro pré-estabelecido. Ficou-se na condição de reformular ou inserir questões ao perceber possíveis dificuldades de entendimento por parte do entrevistado. Nessa etapa, fez-se a seleção do perfil dos entrevistados e a elaboração do roteiro das entrevistas. A definição das pessoas entrevistadas baseou-se nos critérios qualitativos relacionados com o que se queria saber, pois como Alberti (2005) pontua, “os entrevistados são tomados como unidades qualitativas e não como unidades estatísticas”.

3 HISTORIOGRAFIA

Durante o Brasil Colonial, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, a atividade do tropeirismo constituía uma autêntica infraestrutura de todo o sistema de transporte comercial das regiões Sul e Sudeste.

3.1 História do Tropeirismo no Brasil

De acordo com Carpegeani e Filho (2009, p. 3) o tropeirismo teve início de forma organizada a partir do século XVIII, criando condições necessárias para a integração humana e territorial, não só de grande parte do Brasil continental, mas de toda a região meridional sul americana. Essa atividade tropeira serviu de suporte para todos os períodos econômicos que sucederam o ciclo do ouro.

O tropeirismo teve sua origem na Espanha, onde havia tradição de transportes de mercadorias por meio de tropas de muares, antes mesmo do descobrimento da América (Fig. 1). Ele foi trazido ao Brasil pelos missionários espanhóis da Companhia de Jesus, fundadores das Missões do Rio Grande do Sul (FIORETO, 1996 *apud* CARPEGEANI e FILHO, 2009, p. 5).

O tropeirismo não foi somente uma alternativa de transporte no ciclo econômico e social que, no início do século XVIII, substituiu o bandeirismo. Ele teve relação direta com o povoamento do Brasil. Contribuiu para a consolidação de fronteiras e mudou a história das relações comerciais do país. Paes (2001, p. 21) declara que os tropeiros identificaram-se como os novos bandeirantes¹, responsáveis pela movimentação da riqueza do País e continuadores da obra de desbravamento e civilização da terra.

¹ Denominam-se bandeirantes os colonizadores de São Paulo que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas. Inúmeras expedições conhecidas como “Bandeiras” ou “Entradas”, eram organizadas com a finalidade de combater os povos nativos, expulsá-los de suas terras ou aprisioná-los para utilizá-los como escravos nas fazendas (DIAS, 2002, p. 69).

Figura 1 – Tropeiros espanhóis atravessando os Pireneus (obra de Rosa Bonheur)



Fonte: Rosário (2013)

29

O movimento tropeirista existiu em todo território brasileiro, porém com características distintas, no Nordeste, especificamente na Bahia e, até na Amazônia. Segundo Ellis Jr. *apud* Filho e Queiroz (2011, p. 281-282):

O fato é que no Nordeste, no final do século XVII, os animais cargueiros (cavalos) quase sempre eram propriedade dos senhores de engenho e não de tropeiros (responsáveis pelo comércio de transporte). Nos seringais da Amazônia acontecia o mesmo. Todavia, com o propósito de abastecimento das populações vinculadas à economia açucareira, desenvolveu-se nas planícies do Médio e Baixo São Francisco o pastoreio bovino ao invés do mular, que estava muito mais desenvolvido nos campos e campinas do Sul do Brasil. Assim sendo, no Nordeste houve uma prevalência das boiadas em detrimento aos muares que, por sua vez, tinham seus principais mercados consumidores nas zonas mineradoras, açucareiras e posteriormente cafeiras do Sudeste e Centro-Oeste do país.

O crescente comércio de muares deu-se do Sul para as outras regiões da colônia. Ele concorreu com os criadores de cavalo. Diante dessa situação, os criadores de cavalo de fazendas do sertão da Bahia, de Pernambuco e Piauí reclamavam da Coroa que, em 1761, resolveu proibir não só a expansão da utilização de muares como também a existência deles nessas regiões. Somente a

partir de 1764, quando houve mudanças na Carta Régia, o rei ponderou que a produção de muares e sua comercialização poderiam ser úteis para o transporte de mercadorias nessa região (PAES, 2001, p. 60–61).

Nas regiões Sul e Sudeste a atividade tropeira foi mais explorada e intensificada. Foram por essas regiões do Brasil que entraram os primeiros muares trazidos das colônias espanholas da América, no início do século XVIII. Estabeleceram-se aí os primeiros produtores e surgiram as grandes feiras de animais (mulas), como a de Sorocaba, em São Paulo, que era centro da venda de muares, uma das mercadorias mais valorizadas da época, e também de outros produtos (PAES, 2001, p. 20). Conforme Filho e Queiroz (2011, p. 281):

As mulas eram valorizadas por serem animais híbridos (resultado do cruzamento da espécie asinina com a equina) e estéreis, além de ter complexidade e altos custos de criação. Assim sendo, tornou-se o principal meio de transporte de mercadorias no Brasil Colonial.

A Feira de Sorocaba ocorria anualmente. Nela reuniam-se tropeiros do Centro-oeste, do Sul e do Nordeste, causando uma grande movimentação nesse povoado que rapidamente prosperou porque era passagem obrigatória nas jornadas entre as jazidas de minerais e os portos (Fig. 2). Segundo Filho e Queiroz (2011, p. 281) a primeira tropa de mulas a chegar a Sorocaba foi conduzida pelo fidalgo português Cristóvão Pereira de Abreu que, em 1731, partiu da Colônia de Sacramento com uma quantidade imprecisa de animais. Esse ciclo do muar nasceu com o ouro, mas teve vigência de um século e meio, sendo substituído pelo advento da ferrovia.

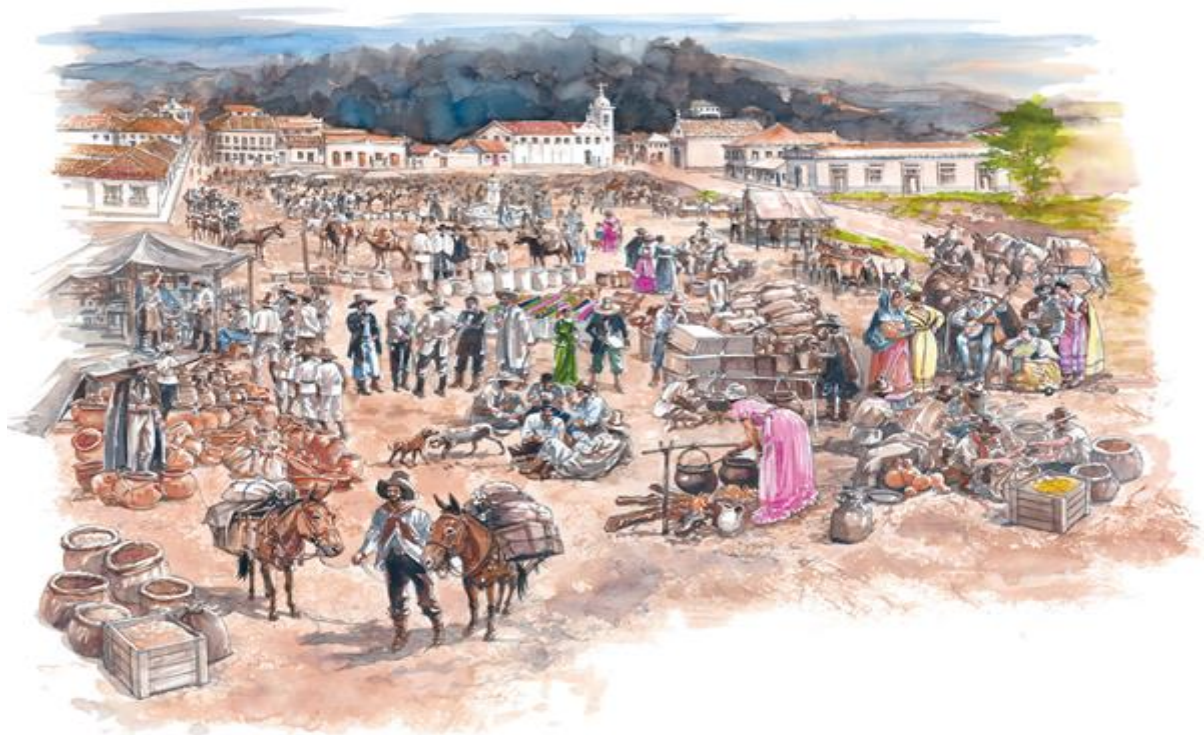
No final do século XVII e princípio do século XVIII, com a descoberta do ouro e do diamante na região das Minas Gerais, houve um grande afluxo populacional tanto de paulistas e nordestinos, como de portugueses e escravos. Entretanto, a região não tinha estrutura para receber essa grande leva de pessoas que se dirigiam até lá. Faltava casa, comida e, sobretudo, meios de transporte. Além disso, os terrenos não eram muito propícios para a agricultura nas regiões das Minas o que ocasionou uma grave crise de fome e um grande índice de mortalidade nessa região, na primeira década do século XVIII.

Tal situação fez com que surgisse um comércio interligando o Porto do Rio de Janeiro ao interior. Tanto produtos manufaturados importados da Europa, quanto

gêneros alimentícios vindos de diferentes regiões do País eram transportados pelos tropeiros (proprietários e/ou condutores de tropas), nos lombos de mulas para a população das Minas Gerais, de Goiás, Mato Grosso e, posteriormente, Bahia (FRASSON e GOMES, 2013, p. 1). Segundo Paes (2001, p. 59):

A princípio, o transporte era feito por escravos indígenas e africanos. O transporte a cavalo não era um bom negócio porque esse tipo de animal não suportava as dificuldades de caminhos inóspitos e a falta de água. Deste modo, é neste contexto que o mular passou a ser de grande serventia, pois era um animal mais apropriado para fazer o transporte de longas distâncias, enfrentando difíceis caminhos. Era um animal muito resistente (Fig. 3).

Figura 2 – Gravura de Getúlio Delphim, alusiva à Feira de Sorocaba



Fonte: Adams (2015)

A partir da ligação do porto com o interior, as tropas ganharam importância para o abastecimento comercial nas regiões mineradoras. O desenvolvimento das províncias e a formação de uma elite na região mineradora aumentaram a necessidade de animais, tanto para as atividades locais, quanto para o transporte de carga, em direção ao Rio de Janeiro. No mesmo momento a riqueza provocada pela mineração foi responsável por instigar uma série de atividades paralelas, urbanas, reforçando ainda mais a atividade dos tropeiros que transportavam os mais diversos produtos e ainda exerciam o papel de mensageiros (Fig. 4).

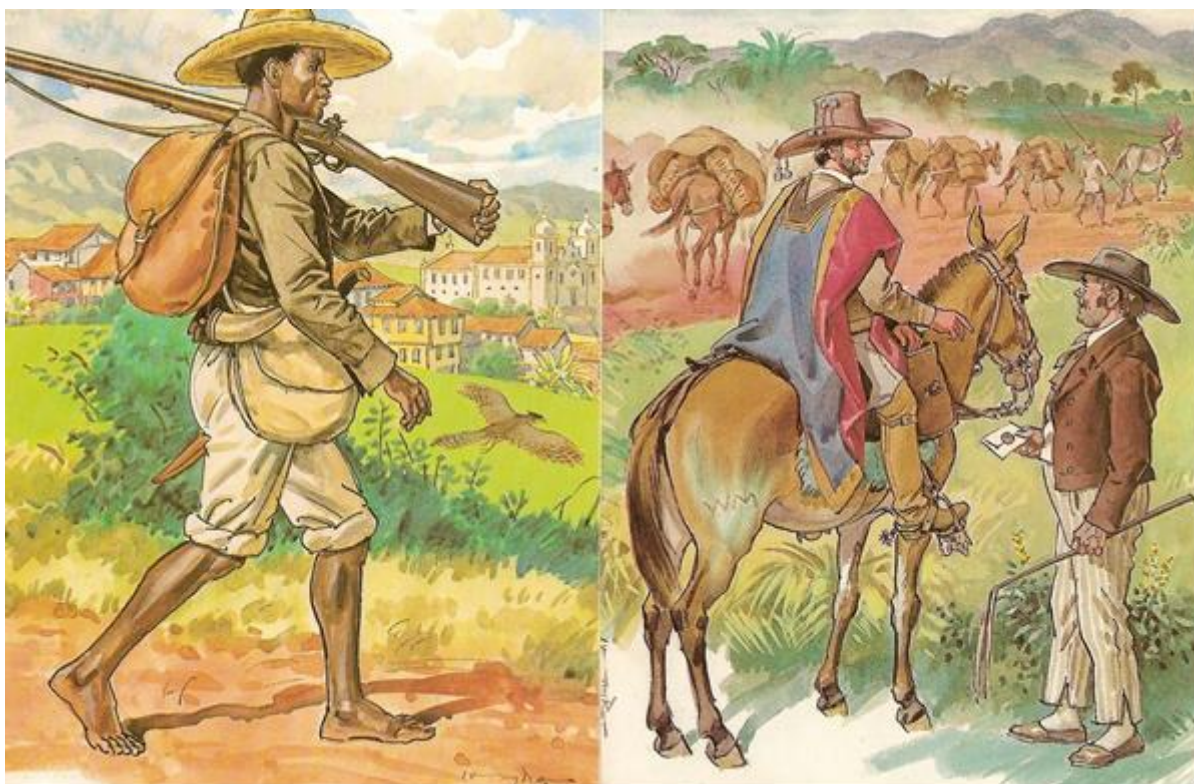
Figura 3 – Em princípio, o transporte de mercadorias era feito por escravos



32

Fonte: Debret (1820)

Figura 4 – Os tropeiros exerciam, também, o papel de mensageiros e carteiros



Fonte: A Página da Vida (2008).

A economia do ouro conseguiu atrair para as regiões mineradoras a pecuária sulina, através de São Paulo, e a nordestina, através do Rio São Francisco, integrando as “ilhas” de povoamento em que se convertera a colonização portuguesa. Desse modo, o surto do ouro resultou numa alteração profunda no que diz respeito às bases políticas e administrativas da colônia, realçando o papel do Rio de Janeiro, capital colonial depois de 1763 (LINHARES, 1990, p. 87).

No final do século XVIII e início do século XIX, as tropas já faziam parte do cenário histórico e a sua importância não diminuiu com o declínio da exploração aurífera de Minas Gerais. Muito pelo contrário, elas continuaram responsáveis pelo transporte de mercadorias e de mão de obra escrava, para locais onde não existiam vias fluviais navegáveis e/ou estradas-de-ferro. Segundo Paes (2001, p. 66):

Com a chegada da Família Real Portuguesa e com a política de abertura dos portos, houve o aumento da produção de açúcar, algodão e café. Os tropeiros tinham muito que caminhar, levando e trazendo mercadorias e informações, fazendo transporte comercial, ou vendendo animais, de um ponto a outro do Brasil.

Segundo o sociólogo político Alгатão (2013, p. 1), a atividade tropeira no Brasil avançou em dois grupos. O primeiro (Tropeiros do Sul) em que as mulas eram a mercadoria e o segundo (Tropeiros das Estradas Reais) que utilizavam as mulas para o transporte de minerais preciosos e bens de consumo.

Dentre os diversos caminhos estabelecidos por tais personagens na região Sul do Brasil, os de maior relevância foram: o de Viamão, de Vacaria, das Missões e de Palmas. Conforme Alгатão (2013, p. 1) o Caminho de Viamão, um dos mais famosos, era percorrido pelos tropeiros paulistas, principalmente, os que se deslocavam até Viamão, no atual estado do Rio Grande do Sul, para tanger tropas, principalmente de muares, até Sorocaba - SP.

As transações comerciais de compra e venda de muares destinados ao transporte de mercadorias eram realizadas nos centros urbanos que estavam em crescente formação, caso específico dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Elas demandavam grande movimentação no deslocamento de rebanhos de regiões longínquas. Esse movimento tornou-se um importante fator de formação sócio-político-econômica das regiões que abrangia (Fig. 5). É por isso que o tropeirismo é considerado por historiadores como uma das atividades mais relevantes de nossa história (FRASSON e GOMES, 2013, p. 1).

Figura 5 – Os tropeiros transportavam os mais variados produtos



Fonte: Rocha (2013)

3.2 Colonização do Piauí

A colonização do Piauí teve início com as expedições dos bandeirantes sertanistas e religiosos que, de meados do século XVII até o final do século XVIII, adentaram o sertão nordestino à procura de terras para a expansão de fazendas de pecuária extensiva.

O processo de desbravamento do território piauiense deu-se de maneira específica, do interior (do Rio São Francisco) para o litoral. Segundo Oliveira (2007, p. 27), “os primeiros colonizadores começaram expandir seus primeiros currais rumo aos vales do rio Piauí, Gurgueia, Canindé e Parnaíba”.

Com o intuito de impulsionar o povoamento e acelerar as exportações econômicas de todo o sertão nordestino, a Coroa Portuguesa incentivou a

colonização das terras piauienses. Para isso, “doou grandes extensões de terras, divididas em sesmarias, aos interessados em contribuir com esses objetivos” (DIAS, 2007 apud OLIVEIRA, 2009, p. 16).

Foi a partir desse estímulo que os fazendeiros Domingos Jorge Velho, Francisco Dias D’Ávila e Domingos Afonso Mafrense tornaram-se os maiores sesmeiros piauienses. Penetraram nos sertões de dentro² perseguindo diversos grupos indígenas que habitavam a região. Dentre esses grupos indígenas estavam os *gurgueias*, *acroás*, *guegoás* e *tremembés* que, na região sudeste do Piauí, eram conhecidos como *pimenteiras*³. Na região que hoje corresponde a São Raimundo Nonato, a guerra contra esses índios ocorreu por volta de 1776. Ela foi comandada por João Rego Castelo Branco (OLIVEIRA, 2009, p. 20). Os índios foram habitantes ativos desse sertão por muito tempo, sendo o principal empecilho para os colonos durante a ocupação da região.

Domingos Afonso Mafrense ou Sertão e Julião Serra adentaram a região sudeste pelas cabeceiras do rio Piauí em 1674. A partir de 1676, aconteceram as primeiras concessões de sesmarias⁴ para a aquisição de terras que beneficiariam tanto os colonizadores mencionados anteriormente, como Francisco Dias D’Ávila e Bernardo Pereira Gago.

Essas terras foram doadas pelo Governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, cada uma delas media cerca de 10 léguas. Com essas doações feitas aos senhores da Casa da Torre⁵, as fazendas de gado expandiram-se por toda a região (OLIVEIRA, 2007, p. 28-29).

Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, penetrou o território piauiense entre 1662 e 1663 pela bacia do Rio São Francisco, com a finalidade de reprimir a resistência de índios e negros. Aqui se situou, implantando aproximadamente 50

² Na época da colonização, esse termo era referente àquelas regiões que não ficavam na região litorânea e nem eram utilizadas para monocultura de cana-de-açúcar, sendo áreas propícias à exploração por parte dos colonizadores (OLIVEIRA, 2009).

³ Embora não se saiba se os Pimenteiras são um ou vários grupos étnicos, existem documentos que assinalam a sua presença na área localizada entre Pernambuco e Piauí desde 1676 até 1818. (PESSIS, 1991 apud OLIVEIRA, 2009).

⁴ Eram concessões administrativas em que o colono seria agente de uma imensa obra semi-pública, pública no designo e particular na execução. As terras que não fossem exploradas podiam ser retomadas pelo poder público, daí a expressão ainda hoje conhecida de terras devolutas (MENDES, 1995 apud SANTANA, 2010).

⁵ A Casa da Torre localiza-se no atual município de Mata de São João, no litoral do estado da Bahia, residência da linhagem dos D’Ávila, onde ainda são encontradas as ruínas dessa construção do século XVI.

fazendas de gado. Ele permaneceu na região até meados de 1687, quando foi chamado pelo governador de Pernambuco para ocupar o cargo de chefia e efetuar a missão de dizimar Quilombo dos Palmares (SANTOS e KENARD, 2009, p. 12). Tido como o povoador da região sudeste do Piauí, é apontado como o homem que deixou a obra colonizadora mais durável.

O povoamento do território piauiense possui uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre, instituição fundada e administrada pela família D'Ávila na Bahia, cujo objetivo era financiar aventureiros, um misto de apresadores de índios e conquistadores de terras destinadas à pecuária, para que eles desbravassem os Sertões. Segundo Oliveira (2009, p. 19), os D'Ávila, fazendeiros proprietários da Casa da Torre, após a implantação da economia bem sucedida baseada na criação de gado e comercialização de seus derivados, perceberam a necessidade de expandir suas pastagens. Assim, tornaram-se grandes proprietários de terra e muito poderosos, devido os acordos e acertos firmados pelo governo (OLIVEIRA, 2007, p. 28).

O território piauiense foi intensamente explorado por portugueses, baianos, paulistas, maranhenses e pernambucanos que, segundo Santos e Kenard (2009, p. 9) pararam na região por motivos diferentes, contudo, com o método de desbravamento comum.

De acordo com Oliveira (2007, p. 26) o projeto colonial da região sudeste do Piauí pode ser dividido em duas etapas. A primeira aconteceu com a chegada dos sertanistas provenientes do São Francisco, durante o final do século XVII e o início do século XVIII, dispersando a população nativa. A segunda fase aconteceu a partir da segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, com a expansão da área ocupada pelas fazendas de gado, período que também deu origem aos conflitos com os índios pimenteiras, os últimos povos indígenas em guerra com o colonizador na capitania do Piauí. Esta fase prorrogou-se até o século XIX, pelo controle total dos colonizadores e a dispersão total dos indígenas.

As terras piauienses foram repartidas da seguinte forma: enquanto o paulista Domingos Jorge Velho ficou com as terras entre os rios Canindé e Poti, os expedicionários vindos da Bahia, Francisco Dias D'Ávila e Domingos Afonso Mafrense ficaram com as terras situadas entre os rios Gurguéia e Canindé e Poti. (DIAS, 1996 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 17).

Os conflitos eram constantes diante das posses de terras, primeiro entre os nativos e os sesmeiros e, posteriormente, entre os posseiros e os grandes proprietários de terras. Em 1697, vinte anos após a entrada da Casa da Torre no sertão piauiense, havia 129 fazendas e 153 sítios às margens dos rios e lagos. Posteriormente, mais precisamente em 1762, elas já eram 536, espalhadas por toda a capitania (DIAS, 2002, p. 250).

Domingos Afonso Mafrense retornou à Bahia, onde tinha residência, deixando pra trás 30 fazendas. Após sua morte, em 1711, os jesuítas da Bahia liderados pelo padre Manuel da Costa, residente na Casa da Torre, receberam por testamento as terras e as fazendas de gado conquistadas no Piauí (SANTOS e KENARD, 2009, p. 10-11). No mesmo ano da morte do Mafrense, os jesuítas tomaram posse dessas fazendas ampliando-as para trinta e duas e cinquenta sítios (MOTT, 2010, p. 71). Nessas fazendas administradas pelos jesuítas, em 1739, havia cerca de 30.000 cabeças de gado *vacum* e 164 trabalhadores (OLIVEIRA, 2007, 30).

A maneira homogênea de os jesuítas administrarem as fazendas que herdaram de Domingos Afonso Mafrense contribuiu para o processo de criação da capitania, da província e, posteriormente, do estado do Piauí. Conforme Oliveira (2007, p. 31) “a fazenda mais importante da companhia veio a ser a Vila da Mocha⁶, primeira capital do Piauí, instalada em 1712, hoje cidade de Oeiras”.

No decorrer do século XVIII, a influência da Companhia de Jesus na Colônia deixou de ser unicamente religiosa e tornou-se também política. O clero deixou de ser submisso à Coroa portuguesa e se fortaleceu muito, política e economicamente. Esta então, não satisfeita com a desobediência, decretou a sua expulsão e confiscou os seus bens (DIAS, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 18).

Após a expulsão dos jesuítas, as fazendas passaram à administração real, sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas Reais do Fisco. Após a proclamação da independência, as fazendas tornaram-se patrimônio do governo imperial, passando a serem Fazendas Nacionais. Ainda no século XVIII, essas áreas

⁶ A Vila da Mocha era sede do governo, em 1758, quando o Piauí foi desmembrado do estado do Maranhão. Foi elevada à categoria de cidade em 1761, com o nome de Oeiras, em homenagem ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

foram ocupadas por posseiros de diversas regiões da colônia, devido à desorganização da nova administração. Diante disso, emergiu uma nova sociedade piauiense constituída por vaqueiros, lavradores, artesões e comerciantes (OLIVEIRA, 2009, p. 20).

Entre o final do século XVII e meados do século XVIII, ocorreu um aumento significativo da população do Piauí. Em 1697, o número de moradores das fazendas era de 438 pessoas e, em 1762, correspondia a 12.744 habitantes (BRANDÃO, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 35). Acredita-se que tais fatos levaram a disputas ainda mais acirradas pelas terras.

Segundo Dias (2007 *apud* Santana 2010 p. 18 e 22), o Piauí do século XVII era uma sociedade basicamente rural. Suas povoações dificilmente poderiam ser consideradas centros urbanos. De acordo com a historiadora piauiense Claudete Miranda Dias (2007, p. 22): “pode-se dizer que o Piauí era uma grande fazenda de gado com uma população dispersa pelo interior, ligada pelos caminhos de gado, mas sem escolas, hospitais e com um comércio baseado em feiras”. Ainda em 1700, até as descobertas de ouro nas regiões de Minas Gerais, o Piauí praticamente não existia para a Coroa Portuguesa.

O território piauiense, no período Colonial, era dado como “terra de ninguém”. O acesso à terra, através de doações de sesmarias, era feito sob as intermediações de Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão (SANTOS e KENARD, 2009, p. 7).

A conquista e o povoamento do Piauí e de outras zonas áridas do Nordeste, foi motivada principalmente pela expansão da economia açucareira, dependente do gado e cavalos não só como alimento básico da população livre e escrava, mas, sobretudo, como transporte e força motriz dos engenhos de açúcar (MOTT, 2010, p. 91). Nesse sentido, o tropeirismo no Brasil estava presente desde o ciclo do açúcar, porém de forma não organizada.

A proliferação das fazendas de gado deve-se não só a demanda de gado por parte de milhares de engenhos no Nordeste açucareiro, mas, sobretudo, a partir do século XVIII, com a crescente importação de boiadas para região aurífera de Minas Gerais, onde o comércio crescia impressionantemente para atender as necessidades das populações migradas em busca do ouro (MOTT, 2010, p. 92). Ainda nesse século, o abastecimento foi ampliado, além de Pernambuco, Bahia e

Minas Gerais, para o Maranhão, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Essas boiadas eram tocadas ou tangidas pelas tropas do interior nordestino até esses centros comerciais.

A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade criatória piauiense manifestou os primeiros sinais de declínio, entrando em crise profunda no século seguinte. As causas de tal declínio relacionam-se tanto à maneira como se organizava estruturalmente a atividade criatória na província, quanto à conjuntura em que as regiões compradoras dos rebanhos piauienses viviam naquele momento. Para Alves (2003, p. 74) a crise do “ciclo do gado” aconteceu a partir da decadência do açúcar na região da Zona da Mata e a redução do fornecimento do charque, couro e animais vivos nas regiões de Minas Gerais, centro econômico da Colônia, devido à concorrência com fornecedores do Maranhão e principalmente do Rio Grande do Sul, que posteriormente se tornou o fornecedor mais importante. Os muares do sul eram mais resistentes que os cavalos do sertão nordestino como meio de transporte nas regiões das minas.

Dentre as fazendas de gado do sudeste do Piauí, destaca-se a fazenda Baixão da Vereda que deu origem ao distrito de São Raimundo Nonato onde, pelo decreto 8.832, se criou a freguesia eclesiástica pertencente aos municípios de Jaicós e Jerumenha. Em 1850 a freguesia foi elevada à categoria de vila, mantendo a mesma denominação e sede. O seu distrito judiciário ficou subordinado a Oeiras até 1859 e depois a Jaicós, quando foi elevada à categoria de Comarca. Somente no século XX, mais precisamente em 1912, a vila de São Raimundo elevou-se à categoria de cidade. Posteriormente deu origem aos municípios que compreendem sua microrregião, incluindo São Lourenço do Piauí, local da presente pesquisa.

A pecuária extensiva no Piauí formou-se como a atividade econômica básica da região. Ela perdurou até a segunda metade do século XX. Nesse momento, os tropeiros de São Lourenço do Piauí desbravavam as caatingas da região a caminho dos centros comerciais para a comercialização de mercadorias, uma vez que até meados do século XX ainda não havia estradas.

3.2.1 O tropeirismo em São Lourenço na década de 1920

A fim de compreender o contexto histórico de São Lourenço buscaram-se, em primeiro lugar, bibliografias que mencionassem as fazendas de gado instaladas na região sudeste do Piauí e, em segundo lugar, o testemunho oral das pessoas mais idosas do município. Elaborou-se o roteiro das entrevistas com base nos objetivos propostos para o trabalho, com vinte questões abertas (APÊNDICE A). Realizaram-se cinco entrevistas estruturadas por meio de questionário aplicado aos moradores com mais de 80 anos, tanto na zona rural quanto na zona urbana. As entrevistas realizaram-se oralmente, com perguntas centradas especificamente nos objetivos da pesquisa. Todavia, os entrevistados falaram livremente sobre todos os aspectos que consideravam pertinentes. Após a entrevista todos assinaram um termo de autorização (APÊNDICES, B, C, D, E, F). Gravaram-se e transcreveram-se as entrevistas. O questionário direcionou-se aos tropeiros Doroteu Carlos da Mota, Francisco Ribeiro dos Santos, Raimundo Santana Ribeiro, Romão Vilanova e Zifirino Ribeiro Santana. Assim procedendo, obtiveram-se diferentes versões a respeito da procedência do nome do povoado.

Doroteu Carlos da Mota nasceu no dia 08 de janeiro de 1922, no povoado de Lagoa do Descanso, em São Raimundo Nonato - PI, hoje município de Dirceu Arco Verde. Ele é filho de Joaquim Mota. Foi dono de uma das maiores tropas de jumentos da região. Iniciou sua vida de tropeiro com apenas 15 anos de idade. Atualmente é aposentado e reside no povoado de Lagoa da Bonita, em São Lourenço do Piauí (Fig. 6).

Francisco Ribeiro dos Santos nasceu no dia 01 de novembro de 1922, no povoado de Sobrado, em São Raimundo Nonato - PI, hoje São Lourenço do Piauí. Em 1933 mudou-se com sua família para o povoado de Pocinho das Pedras, ficando lá por muito tempo. Desde muito cedo, com apenas 15 anos de idade, começou sua vida de tropeiro junto com seu pai. Casou-se e mudou-se para a localidade de Lagoinha, atual município de São Lourenço e continuou suas andanças. Fabricava objetos de couro para uso e comercialização. Atualmente está aposentado e reside em São Lourenço do Piauí (Fig. 7).

Figura 6 – Doroteu Carlos da Mota

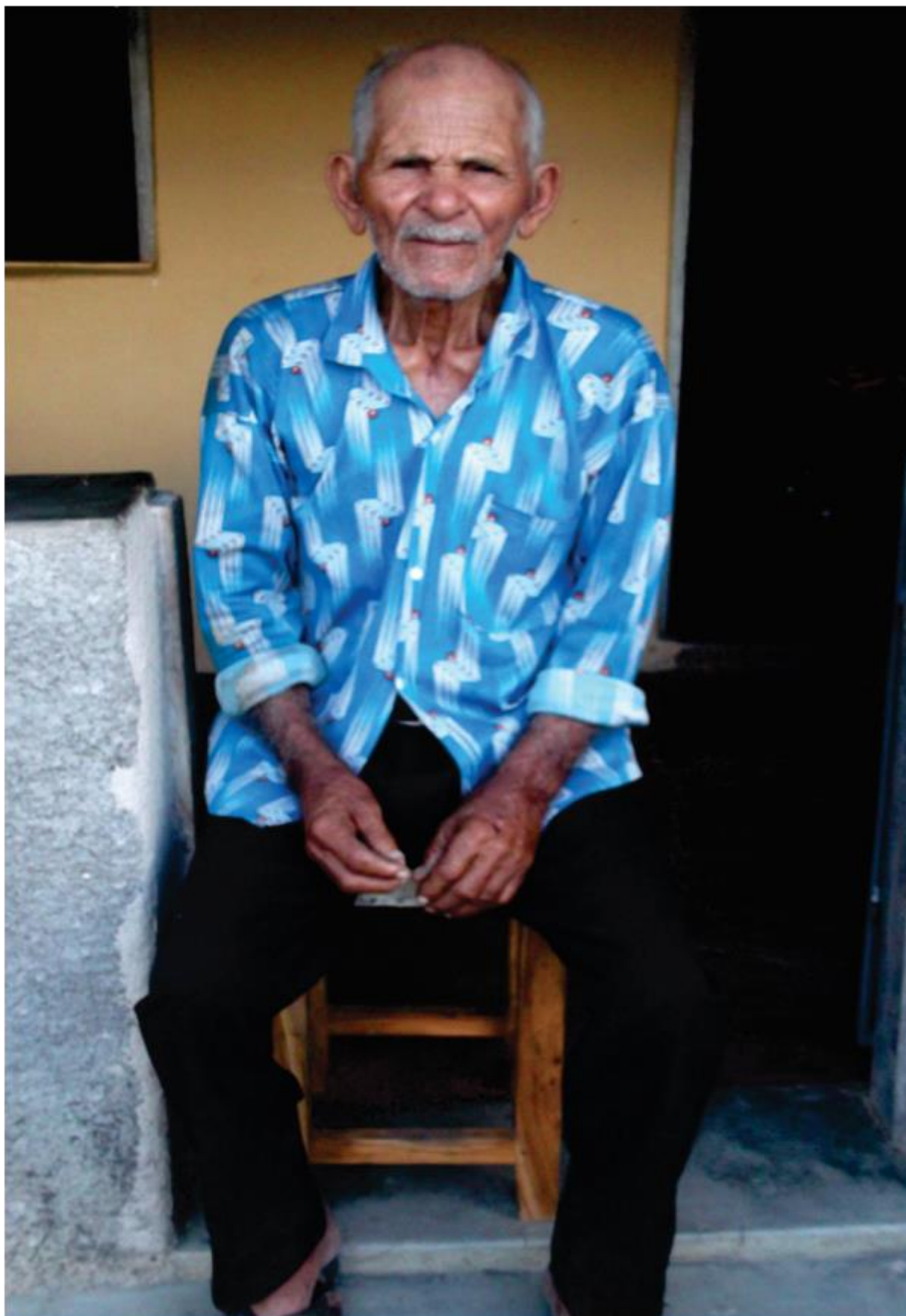


Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Figura 7 - Francisco Ribeiro dos Santos



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Raimundo Santana Ribeiro nasceu no dia 17 de setembro de 1931, no povoado de São Lourenço, em São Raimundo Nonato - PI, hoje sede da cidade São Lourenço do Piauí. Ele é neto do primeiro morador do povoado São Lourenço. Trabalhava na roça com seu pai, principalmente no plantio de mandioca. Andou com as tropas desde os 14 anos de idade e, até mesmo, quando já tinha família. Atualmente está aposentado e reside no povoado de Lagoa das Melancias (Fig. 8).

Figura 8 - Raimundo Santana Ribeiro



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Romão Vilanova nasceu no dia 19 de agosto de 1924, no povoado de Caraíba, em São Raimundo Nonato - PI, hoje São Lourenço do Piauí. Começou a andar com as tropas quando ainda era criança, com apenas oito anos de idade. Ajudava seu pai na roça. Hoje está aposentado e reside no povoado de Caraíba (Fig. 9).

Figura 9 – Romão Vilanova



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Zifirino Ribeiro de Santana nasceu no dia 26 de agosto de 1918, no povoado de Canário, em São Raimundo Nonato - PI, hoje São Lourenço do Piauí. Iniciou sua vida de tropeiro em 1932, com 14 anos de idade. Hoje está aposentado, mas ainda trabalha na roça e cria gado. Reside com seus filhos em Queimada Velha (Fig. 10).

Figura 10 – Zifirino Ribeiro de Santana



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

De acordo com registros históricos, o nome de São Lourenço é oriundo da Fazenda São Lourenço. Segundo Negreiros (2012, p. 92), os registros históricos mais antigos datam de 1761, quando a fazenda foi atacada pelos índios, e de 1781, quando três moradores foram assassinados. Em 1809, esta fazenda constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios, que estavam sendo constantes na região. Segundo Oliveira (2007, p. 132), “a região sudeste do Piauí foi palco de conflitos entre os índios pimenteiras e os colonos do final do século XVIII e início do século XIX”.

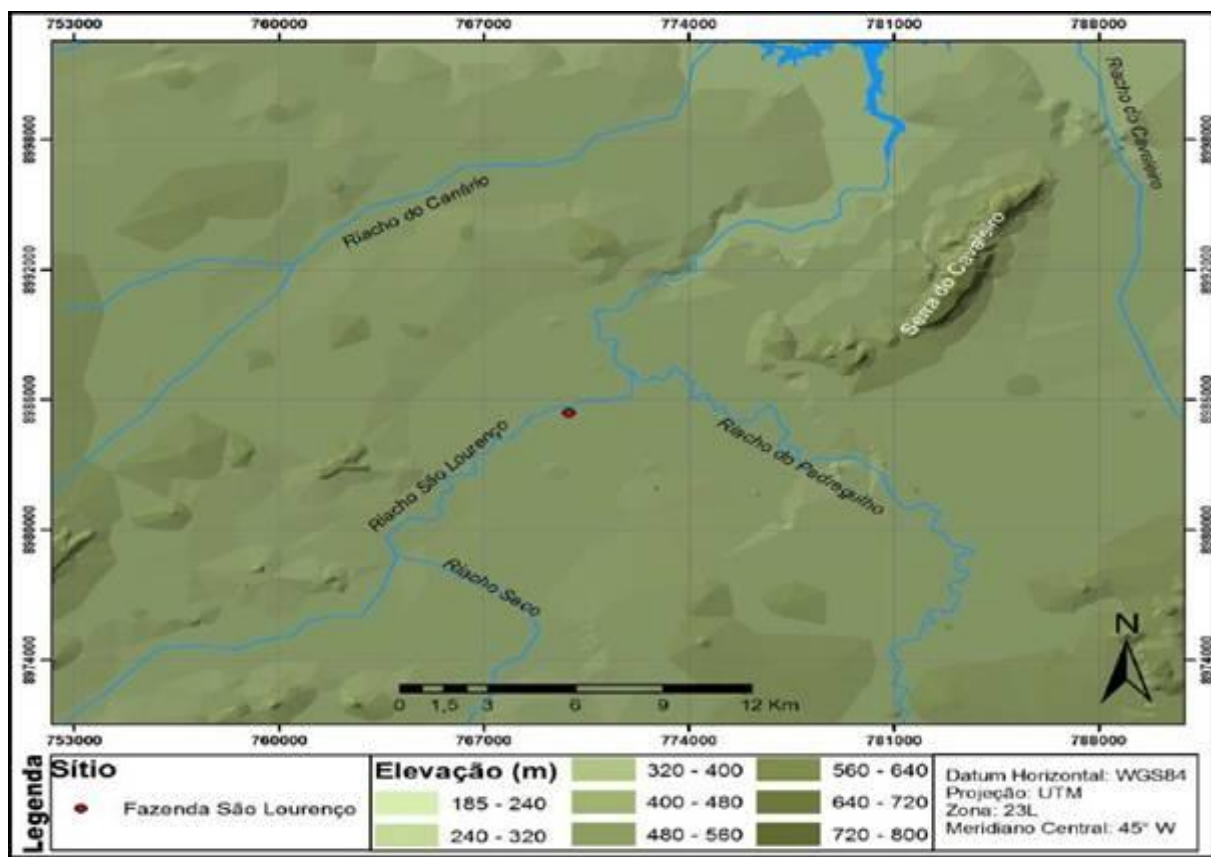
A Fazenda São Lourenço foi representada nos mapas históricos de 1761 e de 1828. Segundo o mapa de 1761, esta fazenda situava-se na margem direita do rio Piauí, abaixo da foz de um curso de água (possivelmente o riacho de São Lourenço). No mapa de 1828 representavam-se duas localidades com o nome de São Lourenço. Uma delas situava-se na margem esquerda do rio Piauí. A outra, onde consta a presença de uma capela, ficava na margem direita do aludido rio. A localização desta segunda é mais condizente com a localização da atual sede administrativa do município de São Lourenço (Fig. 11).

As informações orais obtidas pelas entrevistas com os tropeiros dão conta de que a adoção do nome de São Lourenço é homenagem a uma retirante, chamada Maria Lourença que se instalou com sua família na margem direita do riacho São Lourenço, próximo ao cemitério atual da cidade (Fig. 12). Diz-se que Maria Lourença era natural de Vilanova, atual cidade de Senhor do Bonfim - BA e fixara-se permanentemente no local. Os entrevistados desconhecem a existência de uma fazenda, onde hoje é a sede do município de São Lourenço do Piauí.

Para verificar a consistência das informações das entrevistas, bem como verificar a existência de artefatos ou estruturas arqueológicas, fez-se prospecção não interventiva nas proximidades do local chamado Maria Lourença. Constatou-se que, de fato, próximo ao riacho, há vários fragmentos de cerâmica e telha (Fig. 13).

Presume-se que Maria Lourença e sua família tenham vindo residir nas margens do Riacho São Lourenço entre o final XIX e o início do século XX. Segundo a tradição oral, quando se deu a formação do povoado não existia nenhuma residência referente à família de Maria Lourença.

Figura 11 - Localização da Fazenda São Lourenço



47

Fonte: Negreiros (2012)

Figura 12 - Local denominado Maria Lourença



Fonte: Google Earth (2014) adaptado pelos autores.

Figura 13 - Fragmentos de cerâmica e telha no lugar onde Maria Lourença teria morado



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Sobre o tema, o tropeiro Romão Vilanova (2014), assim se expressou: “Quando me entendi, eu ainda pequeno, já tinha esse lugar chamado Maria Lourença. Não existia mais casa. Me contaram que tinha sido uma mulher que morou lá e se chamava Maria Lourença”. Sobre a casa de Maria Lourença, o tropeiro Raimundo Santana Ribeiro (2014) reforçou o depoimento de Romão Vilanova, dizendo:

Eu vi os mais velhos contar que Maria Lourença se arranchou ali na beira do riacho e ficou conhecido o local como Maria Lourença. Daí o nome São Lourenço. Eu lembro que, quando eu era menino, meu pai criava bastante criação e o mato aqui era uma mata virgem. A criação, quando era tempo da seca, ia beber na Maria Lourença. Lá tinha umas cacimbas. (...) Quando eu cheguei aqui, em 1932, não tinha mais nem restos da casa de Maria Lourença. Isso aí foi no outro tempo, minha filha. Em outro século. Naquele tempo se fazia casa era de taipa, era barro e madeira, logo caía e acabava tudo ou alguém pegava as madeiras pra fazer outras coisas.

São Lourenço do Piauí foi elevado à categoria de povoado na década de 1920 quando tinha apenas cinco casas. Nessas residências moravam as famílias de José Joaquim de Santana, Malaquias Ribeiro (genro de José Joaquim), José Caetano, José Cornélio e Pedro Rosa (Rosinha). De acordo com testemunhos orais, estas primeiras casas estavam edificadas entre a igreja matriz e o Riacho São Lourenço (Fig. 14).

Figura 14 - Localização das primeiras casas do povoado de São Lourenço



Fonte: Google Earth (2014), adaptado pelos autores.

Fez-se o reconhecimento arqueológico das ruínas da casa de José Joaquim de Santana, que atualmente se encontra na parte interior da casa de Antônio Vilanova. Nelas visualizam-se, além dos tijolos que formam a sua estrutura, madeiras que compunham a cobertura e fragmentos de telha (Fig. 15). Esses elementos permitem caracterizar a estrutura como de arquitetura vernácula. A casa de Malaquias Ribeiro, na Praça Carlindo Santana, continua em bom estado de conservação, porém sofreu alterações ao longo dos anos. A técnica construtiva é a mesma da estrutura da casa de José Joaquim de Santana (Fig. 16).

As estruturas arquitetônicas são superartefatos do homem inserido em um dado tempo e espaço. Elas são importantes vestígios arqueológicos porque foram as produtoras e o produto de relações sociais. “As casas são testemunhos de um tempo sócio histórico e por isso cumprem a função de artefato” (OLIVEIRA, 2004 apud OLIVEIRA 2008, p. 37). Infelizmente, não se conseguiu fazer o reconhecimento arqueológico das edificações dos outros moradores mais antigos. Elas foram demolidas há algum tempo, impossibilitando até mesmo a identificação dos locais.

Figura 15 - Estrutura da casa de José Joaquim de Santana, primeiro morador do povoado



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Figura 16 - Vista da edificação de Malaquias Ribeiro



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014)

Em meados de 1926, os moradores do povoado, especificamente José Joaquim de Santana e Maquias Ribeiro, iniciaram a construção da capela que, após diversas reformas e ampliações, tornou-se a atual igreja matriz. Segundo a tradição oral, nessa época já se comemorava o padroeiro São Lourenço. Inicialmente as missas eram celebradas pelo Padre Francisco Freire, da Paróquia de São Raimundo Nonato, na residência do José Joaquim de Santana.

Desde o final do século XVII, quando se implantaram as primeiras fazendas na região Sudeste do Piauí, a população abrigava-se próximo aos riachos, brejos e lagoas onde havia pasto farto. Diz a tradição oral que, nessa época, a subsistência da população de São Lourenço baseava-se na pecuária e na agricultura. A pecuária sustentava-se na criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos. Os rebanhos eram criados soltos nos pastos, da mesma forma que faziam os colonizadores. Mott (2010, p. 83-84) lembra que a procriação da pecuária nessa região dependia exclusivamente da chuva.

Se no fim de dezembro entrar o tempo das águas, alcança até os fins de fevereiro o apogeu de sua abundancia, e começa então a diminuir de intensidade até fins de abril. Enchem-se de água naquela estação os inumeráveis açudes e covas, a terra amolece e o pasto cresce luxuriante.

51

A agricultura tradicional baseava-se na produção sazonal de feijão, milho, melancia e mandioca. Segundo Santos e Kenard (2009, p. 27), essa atividade agrícola é cultivada em pequenas propriedades, geralmente localizadas em brejos e vazantes, desde o Piauí Colonial. Nessas roças, antigamente chamadas de caiçara, fazia-se a policultura, ou seja, o cultivo de vários produtos no mesmo local. Nelas se utilizavam técnicas rudimentares como a enxada e o arado a tração animal. O destino dos produtos era a subsistência das famílias. Embora tivesse baixa produtividade, essa agricultura modernizou-se somente a partir da década de 1990, em decorrência da transformação agroindustrial (NUNES, 2007, p. 9).

De acordo com os entrevistados, durante o período de estiagem, quando se esgotava a produção agrícola, a população do povoado se deslocava às feiras dos centros comerciais próximos, onde comprava os suprimentos. Até o advento dos automóveis, as mercadorias eram transportadas nos lombos de burros e jumentos (LINHARES, 1990, p. 308). Esta pesquisa contemplou o resgate da história das tropas de São Lourenço que a historiografia oficial nunca contemplou.

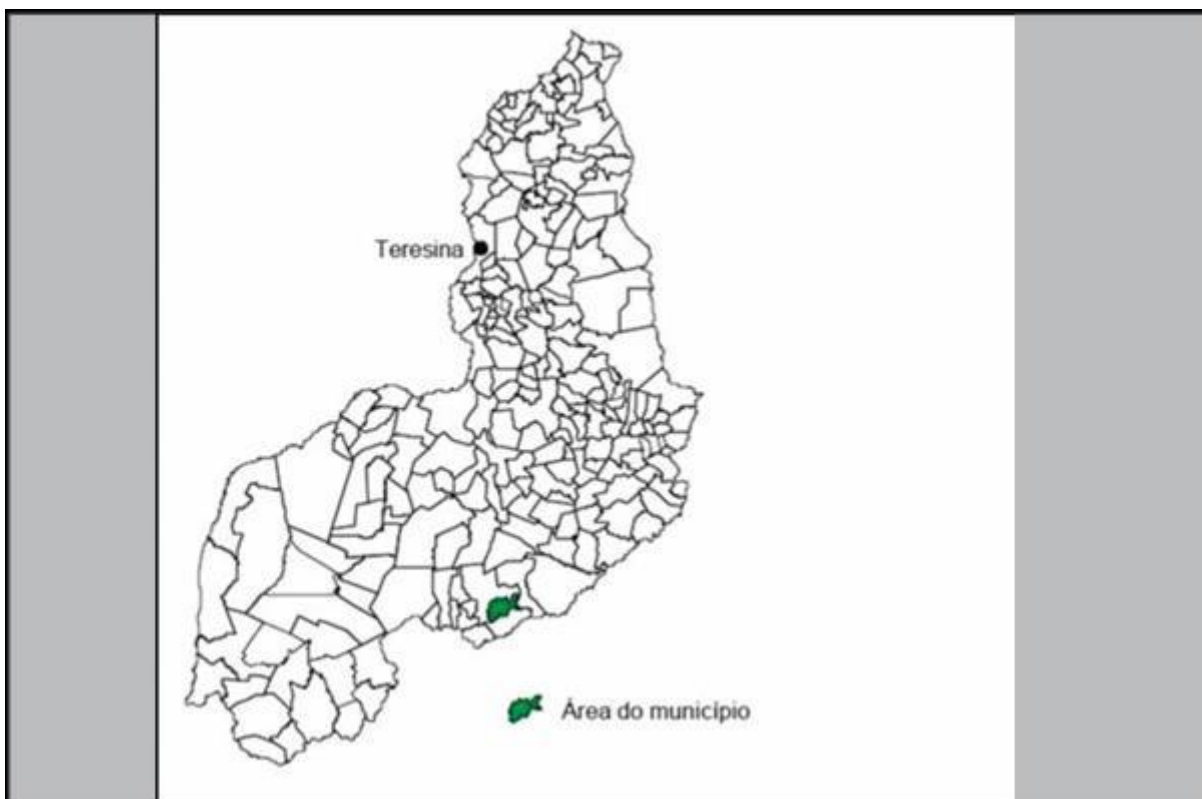
O povoado de São Lourenço elevou-se à categoria de cidade e de distrito em 1989. Teve a sua área territorial e os seus limites estabelecidos em 1992, pela Lei Estadual nº 4477 que o desmembrou de São Raimundo Nonato. O município emancipado instalou-se, porém, somente no ano de 1993. Ele compreende uma área total de 680,02 km² (Fig. 17). Tem como limites o município de São Raimundo Nonato ao norte, Dirceu Arcoverde ao sul, Coronel José Dias e Dirceu Arcoverde a leste e São Raimundo Nonato a oeste. Sua população atual é de 4.488 habitantes. Sua sede situa-se nas coordenadas 09°10'09" S e 42°32'41" W, a 521 km de distância da capital, Teresina (IBGE, 2014).

Por se localizar próximo ao Parque Nacional Serra da Capivara, juntamente com dezessete outros municípios, São Lourenço do Piauí integra a área de desenvolvimento Serra da Capivara (Fig. 18 e 19). O objeto desta pesquisa, Tropeiros de São Lourenço do Piauí, insere-se na zona rural e urbana do município de São Lourenço do Piauí. Refere-se às tropas de burros e jumentos que saíam dos povoados ou vilas para a venda e troca de mercadorias nos centros comerciais. No período colonial essa atividade era muito praticada em todo o Brasil.

No período em que não havia estradas e inexistia o transporte de veículos automotores, os tropeiros de São Lourenço desempenharam um papel importante na região. Essa é a razão porque se buscou, com o trabalho de pesquisa, através das informações orais extraídas deles, resgatar a história desses importantes heróis anônimos do desenvolvimento local. Essa atividade tropeira perdurou até meados da década de 1980. Para Silva (2009, p. 41) o tropeiro é “alguém a serviço de outros ou o seu próprio serviço, no transporte de animais ou produtos em lombo de animais. Ele é o condutor e/ou o proprietário da tropa”.

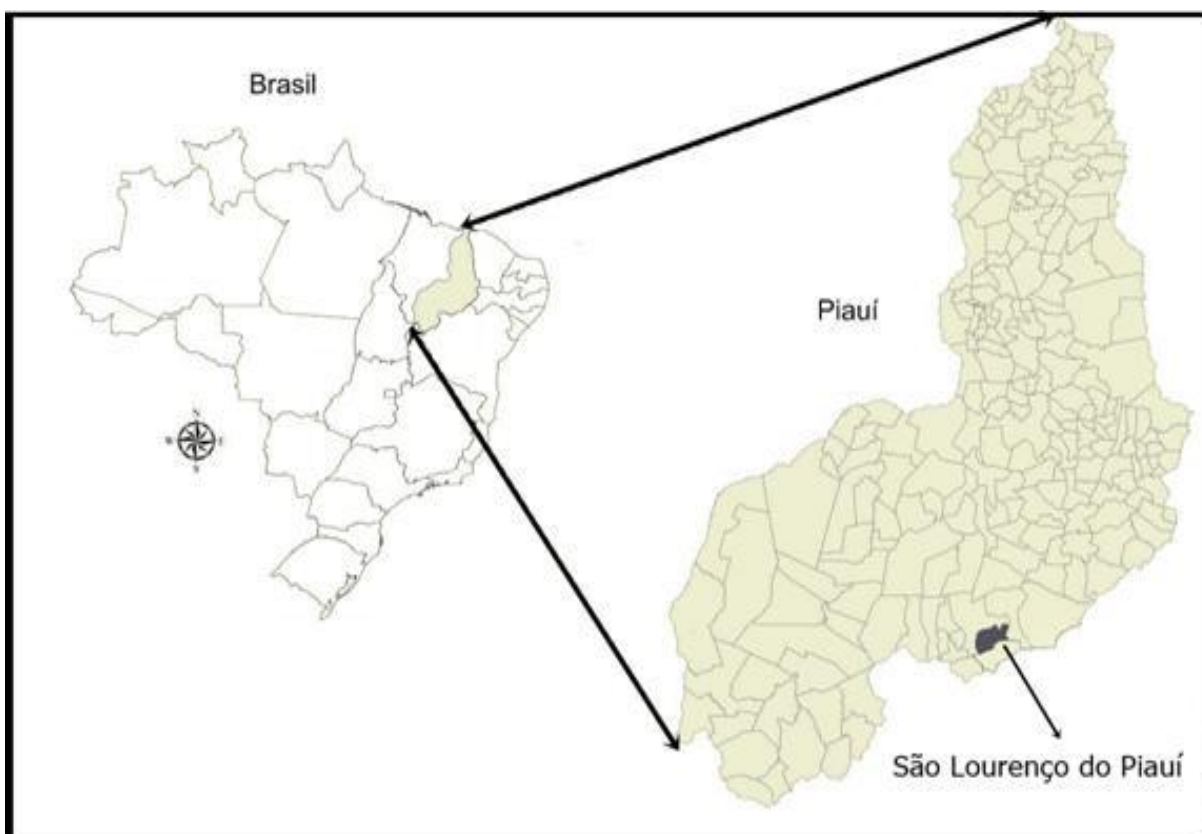
Com base nos relatos orais, o tropeiro iniciava na profissão muito cedo, ainda na infância, quando tinha de 8 a 14 anos de idade. Acompanhando o pai em suas andanças, ele adquiria experiência de negociar, conduzir e conviver com a lida diária da tropa. Segundo Paes (2001, p. 73), o tropeiro resolvia inúmeros problemas durante a viagem. As longas jornadas exigiam que ele fosse médico, soldado, artesão, caçador, pescador, cozinheiro, veterinário, negociante, mensageiro e agricultor (Fig. 20).

Figura 17 – Localização de São Lourenço do Piauí



Fonte: IBGE (2014)

Figura 18 - Localização do município de São Lourenço no estado do Piauí e no Brasil



Fonte: IBGE (2014) modificado pelos autores

Figura 19 – Municípios do entorno do Parque Nacional Serra das Confusões e da Capivara



Fonte: FUMDHAM *apud* SANTANA (2010), modificado pelos autores

Figura 20 – Tropeiros do século XIX



Fonte: Wagner (2015).

3.2.2 A Labuta dos Tropeiros de São Lourenço do Piauí

Quando não havia carros automotores, os tropeiros eram os responsáveis pelo transporte e pela comercialização de todas as mercadorias necessárias para subsistência da população local. Essas mercadorias eram transportadas nos lombos de jumentos durante vários dias de viagem. Segundo o tropeiro Romão Vilanova (2014),

Os cavalos eram utilizados apenas para irem montado, tocando as tropas de jumentos. Nos burros, às vezes, colocavam-se as cargas. Quem não tivesse nem o cavalo nem o burro tocava as tropas de jumento, a pé mesmo.

Sobre cangalhas postas no lombo dos jumentos e/ou dos burros os tropeiros de São Lourenço do Piauí transportaram mercadorias durante décadas, em dias de chuva, de sol, na lama e nas subidas íngremes do sertão. A vida do tropeiro era de constantes chegadas e partidas. Faziam parte do seu cotidiano os caminhos e as estradas da vida. Ele criou toda uma relação especial com seus companheiros de trabalho, outros tropeiros e arrieiros. (PAES, 2001, p. 104).

A composição de uma tropa requeria uma série de elementos que variavam de acordo com seu universo e exigiam muita experiência por parte de quem as conduzia. Segundo Paes (2001, p. 57-58), o conceito de tropa foi definido, primeiramente, pelo dicionarista Antônio de Moraes e Silva como “o conjunto de bestas de carga que fazem o transporte de mercadorias onde não há vias férreas ou fluviais e seguem com os seus condutores como que em caravanas para feiras ou outros destinos.”

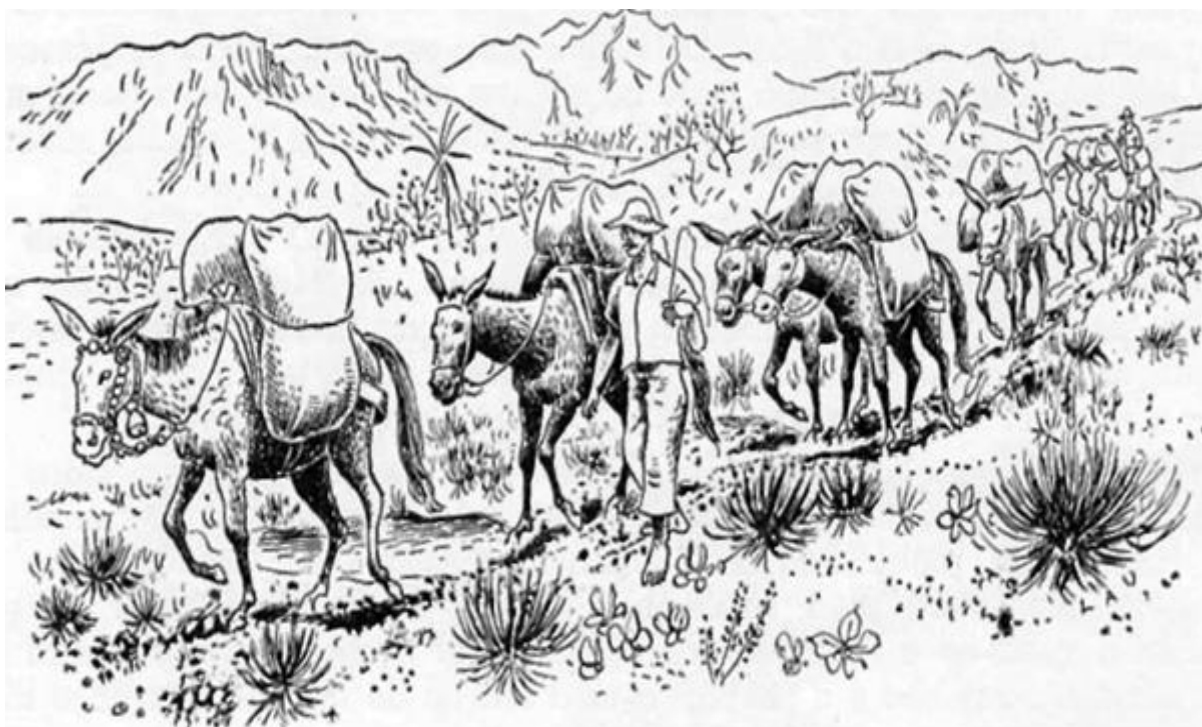
De acordo com os tropeiros entrevistados, as tropas deveriam ter, no mínimo, oito jumentos, pelo fato de que, além das mercadorias levadas para comercialização ainda tinham que trazer mercadorias para o suprimento familiar próprio. Desse modo, pequenas tropas não eram suficientes para o transporte de produtos variados. A quantidade de animais para a composição das tropas dependia do poder aquisitivo do proprietário. Assim, aqueles que tinham maior quantidade de animais formavam tropas maiores, de 15 a 20 jumentos e/ou burros, em média. Dependendo do tamanho das tropas, necessitava-se de um número maior ou menor de homens para tangê-las.

Cada arrieiro ou peão responsabilizava-se por uma tropa de até cinco jumentos. Segundo o tropeiro Doroteu Carlos da Mota (2014), uma tropa normal precisava de três a quatro homens. Paes (2001, p. 76) explica que:

a definição de tropa grande ou pequena dependia de alguns fatores como: o número de jumentos ou burros, o número de camaradas e as diferentes funções dentro da tropa, além dos tipos de mercadorias que levavam e se as rotas que faziam eram de longa ou de curta distância.

Nas tropas, o conjunto humano era integrado pelo tropeiro (proprietário ou responsável) e pelos arrieiros ou peões encarregados de cuidar das cargas e dos animais (Fig. 21). Segundo Paes (2001, p. 78), “o arrieiro era uma espécie de superintendente a visitar cada lote, a olhar cada besta para alertar o responsável pelo lote de qualquer possível problema”.

Figura 21 - Desenho ilustrativo de uma tropa



Fonte: Santos (2013)

Segundo os relatos orais, os tropeiros de São Lourenço transportavam carne seca, farinha de mandioca, tapioca e objetos feitos de couro e caroá para comercialização. Comercializavam, também, bovinos, caprinos, suínos e bestas (jumentos). Transportavam, ainda, as mercadorias para o consumo, quais eram: feijão, milho, arroz, açúcar, rapadura, algodão, fumo, café, sal e outros mantimentos

básicos para sobreviver. Além de tudo isso, eles portavam mensagens e encomendas.

Havia dois tipos de tropas: as que funcionavam como meio de transporte de mercadorias (transportadoras ou arriadas) e as de comércio de animais (xucras) (GOULART *apud* PAES, 2001, p. 76). Segundo esta pesquisadora, a tropa arriada ou de carregamento era um sistema de transporte e venda ambulante de mercadorias (Fig. 22). Ela existiu em todo o Brasil.

Figura 22 – Tropa arriada



Fonte: Silveira (2014).

As tropas xucras eram de animais xucros, tangidos do campo de criação para os mercados. Esse tipo de tropa englobava o tropeiro criador e o tropeiro intermediário que levava os animais do centro da criação para a venda (Fig. 23). Os amansadores e os tangedores (tropeiro que tange os animais) a conduziam até as casas ou feiras onde era entregue (Fig. 24).

O tropeiro Romão Vilanova (2014) afirmou que, na região Sudeste do Piauí também havia a função dos tangedores:

Quando se iam vender as boiadas, os vaqueiros iam até certo ponto, até amansar as boiadas. Depois que o gado estivesse dominado,

quem ia eram os “tangerim” (tangedores) a pé, tocando as boiadas. Botavam sua “muambazinha” nas costas e desciam rumo ao Pernambuco.

O tropeiro Zifirino Ribeiro de Santana (2014) confirmou, dizendo que:

Dependendo da boiada, eles colocavam mais vaqueiros, uns amontado e outros a pé, até domar a boiada. Tinha aqueles tangedores, cabras dispostos que iam a pé até o local de negociar as boiadas.

O tropeiro Doroteu Carlos da Mota (2014) complementou:

A gente saía daqui montado nos cavalos, tocando boiadas, boiadas pequenas mesmo, porco, bode, tudo tangido. Tinha aqueles homens que eram os tangedores. O interessante que quando nós levávamos porco, quando parávamos pra dormir, eles enfiavam a venta no chão tudo ali, não tinha um que levantasse, já estavam tudo domado e cansado.

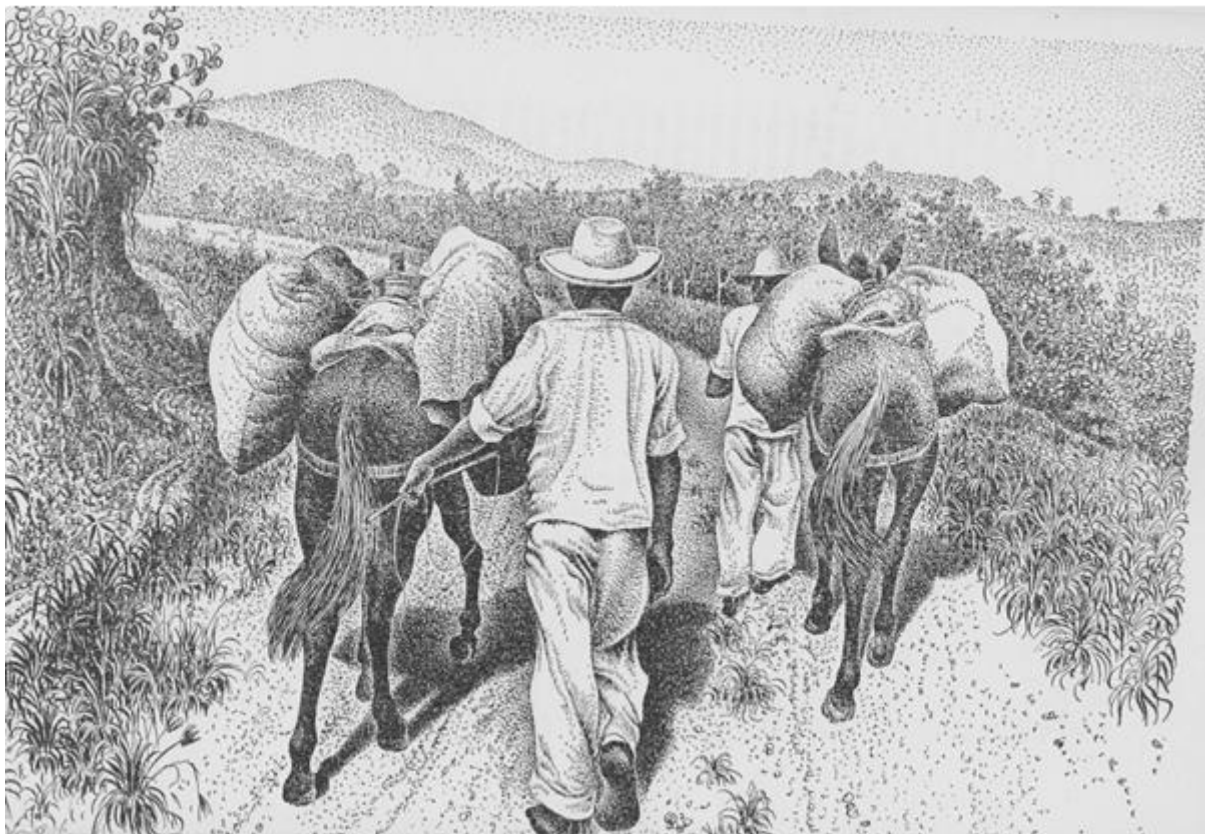
Figura 23 – Tropa xucra



Fonte: Gonzatto (2013).

Ao longo do trajeto, as tropas eram refreadas pelos tropeiros a partir de um apetrecho denominado mangual. Esse equipamento, segundo o tropeiro Raimundo Santana Ribeiro (2014), “era feito de sola ou de relho. Era uma corda bem grande que se colocava em um cabo para poder açoitar os jumentos”.

Figura 24 – Tangedores



Fonte: Santos (2015)

O tropeiro era o responsável pelo destino da tropa e pelas relações de compra e de venda nos centros comerciais. Viajava sempre à frente ou atrás da tropa. A ele competiam as transações comerciais. Da sua esperteza dependiam os lucros da viagem. No caso de tropas pequenas, o tropeiro tinha que desempenhar não somente a função de administrador da tropa. Ele tinha que se virar como arrieiro, peão, etc. “Deste modo, a função do tropeiro proprietário variava conforme o tamanho da tropa: tropeiros proprietários de muitas tropas, tropeiros proprietários de tropas pequenas e tropeiros negociantes de animais.” (PAES, 2001, p. 77-78).

Durante a organização das cargas, competia aos tropeiros o cuidado de dividir bem o peso da carga que não podia ultrapassar 120 kg por jumento ou burro. Eles aferiam o contrabalanço para que um lado não pesasse mais que o outro. Para o transporte das mercadorias, tanto para comercialização quanto para consumo, os tropeiros organizavam-nas em malas de couro⁷ ou em surrões de caroá que eram fixadas nas cangalhas, com cordas de caroá ou relho (Fig. 25 e 26).

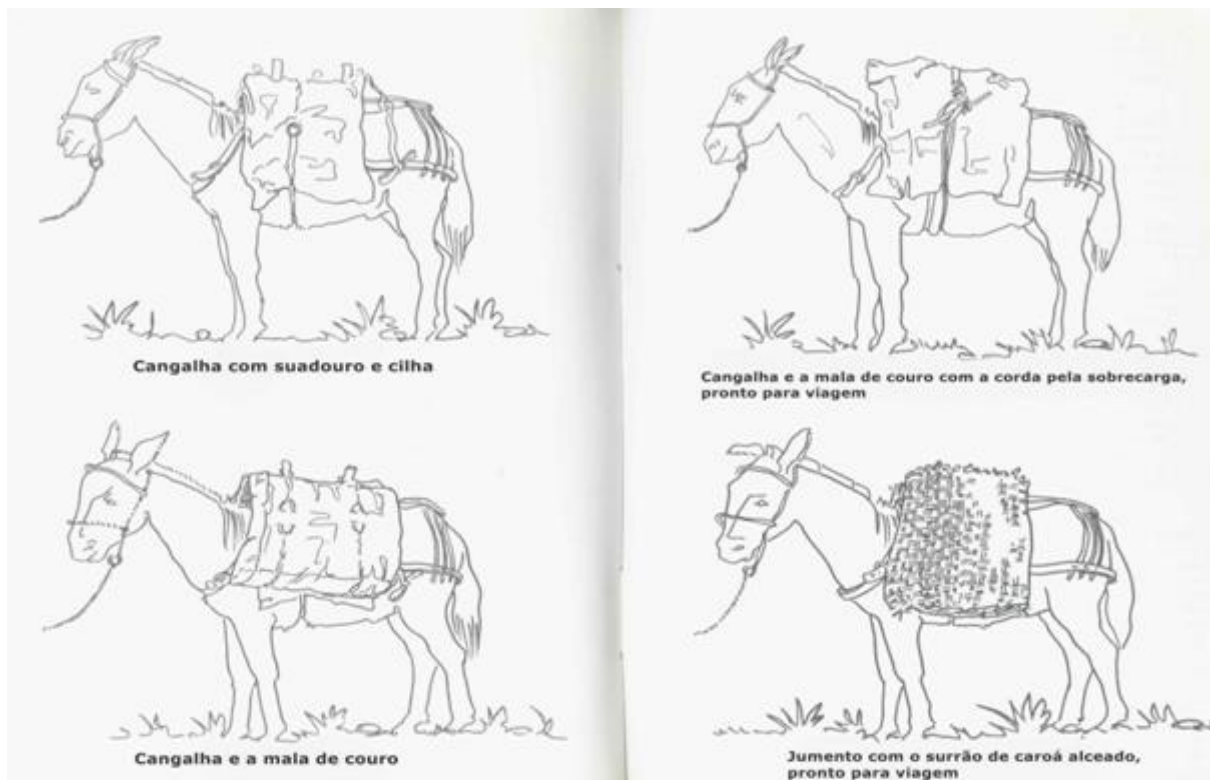
⁷ Objeto fabricado a partir do couro bovino e assoalho de madeira.

Figura 25 – Cangalha típica do Sertão nordestino



Fonte: Regis (2015)

Figura 26 - Desenho ilustrativo de uma carga no jumento pronto para a viagem



Fonte: Rodas do Saber (2013).

Paes (2001, p. 78) explica que para uma tropa ser bem sucedida tinha que ser bem organizada, com burros, jumentos ou cavalos usando ferraduras bem colocadas, firmes e com lombos saudáveis, sem pisaduras e bem protegidos para não atingirem os suadouros das cangalhas. Rédeas, bridas, esporas e selas eram alguns dos apetrechos que se usavam. Elas são utilizadas até os dias atuais, porém, a maioria, sofreu algumas alterações em suas configurações.

Com seus depoimentos, os tropeiros de São Lourenço do Piauí revelaram que eles também negociavam animais no povoado (principalmente gado) para revender nas feiras e no comércio. O tropeiro Doroteu Carlos da Mota (2014) relatou que ele “comprava os bois aqui pra vender no açougue de São Raimundo Nonato e de Remanso. Eram boiadas pequenas, de 10 a 12 cabeças de gado”.

Os tropeiros de São Lourenço falaram, também, das tropeadas. Disseram que naquele tempo não eram muitas as alternativas de trabalho para o homem do campo. O tropeirismo era a peça fundamental da sociedade sertaneja, não só como meio de transporte, mas principalmente como alternativa de sobrevivência.

O tropeiro Doroteu Carlos da Mota (2014) desabafou dizendo: “Comecei foi cedo essa profissão. Eu andei muito com tropas, comprando e vendendo. Fui até quando não pude mais labutar com tropa. Naquela época era o único meio de sobreviver. As coisas eram difíceis, não tinha a facilidade de hoje não”.

O tropeiro Romão Vilanova (2014), por sua vez, complementou:

Comecei andar com as tropas ainda menino. Naquele tempo ou a gente ia a Remanso ou não ia. Era só o lugar que tinha pra fazer feira. Minha mãe mesmo festejava aqui Santa Luzia em dezembro, todos os anos. Dizia, tem que ir ao Remanso comprar o café e o doce. Em São Raimundo, tinha dia que tinha e tinha dia que não tinha. Naquela época não tinha transporte. Era tudo carregado nos lombos dos jumentos. Era desse jeito.

Segundo o tropeiro Zifirino Ribeiro de Santana (2014): “Eu fui muito pra Remanso com tropas. Tudo era comprado lá. Na época não tinha carro, era nos jumentos que se transportava tudo”. Complementou, dizendo:

Eu comecei a andar com tropas ainda rapazote, mas até que não andei muito com as tropas não, que aí eu trabalhava na roça com meu pai. Mas as últimas vezes que fui, já era um pai de família. A feirinha, quem quisesse fazer pra casa tinha que ser em São

Raimundo, na Vila. Nessa época era muito difícil ter uma pessoa aqui nos matos que tivesse ou fornecesse um negócio de sal, rapadura, açúcar, etc.

O tropeiro Raimundo Santana Ribeiro (2014), acrescentou:

Eu comecei a andar com as tropas com meu pai, ainda moleque. Quando chegou minha vez de ser dono de tropas foi quando me casei, em 1942. As coisas aqui eram tudo difícil, tinha uma bodega aqui, mas tinha pouca coisa, tinha que sair pra fora pra fazer a feira de casa. Aí eu aproveitava pra comprar o alimento e levava as coisas pra vender também, tudo nos jumentos. Eles eram os carros de primeiro. Nessas tropas tive de levar até jumenta velha pra trocar por legumes.

É notório que os tropeiros, além de desempenharem sua atividade habitual de conduzir tropas, eram propagadores de notícias e mediadores culturais. Eram respeitados e considerados sábios.

3.3 Dificuldades e Contratempos nos Caminhos

62

Como viajantes, os tropeiros juntamente com as tropas, enfrentavam dificuldades e aventuras no cotidiano estradeiro. Eles conheciam muito bem a vegetação, as vilas, os pousos e as pessoas com quem estabeleciam sólidos acordos informais de cavalheirismo (PAES, 2001, p. 13).

A partir das informações orais dos tropeiros de São Lourenço do Piauí, compreende-se universo tropeiro. Entende-se o quanto eles foram importantes como negociantes e mensageiros. Reconhecem-se as dificuldades enfrentadas pelas estradas da vida, seja pelos caminhos íngremes, seja pelo desconforto de viajar no lombo dos burros ou cavalos, ou ainda pelas agruras climáticas nos períodos de enchentes e de secas.

Os tropeiros entrevistados relataram que, as principais dificuldades estavam atreladas à falta de água, ao cansaço tanto dos tropeiros quanto dos animais devido aos vários dias de viagem pelos carreiros fechados, à fome e ao desconforto nos pernoites. O tropeiro Romão Vilanova (2014) contou a experiência que viveu durante uma de suas primeiras viagens com as tropas:

Em 1932, teve uma seca muito grande. Você já deve ter visto falar. Eu tinha oito anos de idade. Hoje um menino de oito anos de idade só serve pra caminhar pra escola. Eu fui com meu pai pra Remanso. Nesse tempo eu andei morrendo de sede. Nós saímos do Remanso. Pegamos uma vasilha com água. Nesse tempo carregava água na cabaça e a cabaça, ela é traiçoeira. Qualquer coisinha ela quebra. Quando estávamos vindo, a cabaça quebrou. Amanhecemos no Caldeirão da Martinha e a água que nós sabia que tinha era nas Queimadas, e não era só chegar e pegar não. Precisava comprar pra poder beber. Daí o jumento cansou, quando chegou ali na serra, adiante das Queimadas, eu vinha até mais o Genésio e o Agnelo. Eu morrendo de sede e o jumento fracassou e ficou atrás. Aí eles disseram: fiquem aí que nós vamos puxando pra sair nas Queimadas pra poder dar água ao menino, senão morre. Quando chegou em cima da serra, na estrada do fio, tinha um povo lá, um homem aqui do lado de São Raimundo. Eu até conhecia ele. Aí ele tinha passado nas Queimadas e estava com uma borracha de água. Daí o Genésio disse: vamos passar ali pra ver se ele dá pelo menos um golpinho de água. Quando Genésio pediu um golpe de água ele disse: dou não, e eu já caindo de sede. Genésio disse: dê pelo menos pra esse menino aqui. Só que ele levava um menino também. Aí ele disse: se eu der água pra o seu, o meu vai morrer de sede. Aí o Genésio ainda disse uma indireta pra ele assim: filho do diabo tu só não vai me dar dessa água porque não vou com uma arma aqui, porque senão eu ia atirar nessa borracha. E queria ver essa água não sair. Quando eu cheguei às Queimadas eu bebi água, mas não pudemos mais viajar porque era eu só querendo beber água. Aí fiquemos lá até a noite. Daí foi que viemos de lá pra cá.

63

Durante o percurso das trilhas, às vezes, os tropeiros tinham que lidar com situações inusitadas, como a perda de um animal da tropa. Isso ocorria principalmente com aqueles animais inexperientes com carregamentos ou mal cuidados. Segundo Ribeiro (2014), seus jumentos nunca fracassaram na estrada porque eram todos bem cuidados e não lhes faltava ração de milho.

Nos períodos de chuva, os tropeiros se valiam de coberturas de couro de gado e, às vezes, de esteira de palha de carnaúba para proteger as cargas e evitar a perda das mercadorias. Assim, com as cargas protegidas, eles encaravam alagadiços, brejos e atoleiros com tropas de jumentos burros. O universo estradeiro dos tropeiros fazia deles homens do mundo, com muitas histórias, estórias e lendas para contar. Fazendo uso da oralidade, preserva-se um pouco de tudo aquilo que eles viam e viviam nas estradas da vida.

3.4 Rotas

Ao longo das décadas as rotas foram, paulatinamente, ampliadas e a atividade do tropeirismo consolidou-se. O fluxo de homens, gado, jumentos, burros e todo o tipo de mercadorias serviram como suporte às ações desenvolvidas nos caminhos e locais de destino. No decorrer de suas rotas, os tropeiros estabeleceram pousos para os pernoites, descanso e troca de montarias. Para efetuar o pouso, procuravam-se lugares próximos aos cursos de água onde havia pasto para os animais. Faziam-se apenas duas paradas por dia. Uma delas era ao meio dia, para o almoço e outra à noite, para o descanso dos animais e dos tropeiros. Preparava-se a boia em um único caldeirão sobre uma trempe de chão. O cardápio era: carne seca, feijão, arroz e farinha de mandioca. Arrematavam-se as refeições com um café bem forte, regado com um bom papo (Fig. 27).

Figura 27 – Exemplo de trempe de chão



Fonte: Globo (2014)

Ao entardecer tomava-se pouso para descansar da jornada e alimentar os animais. Colocavam-se os animais soltos ou peados no pasto, e se lhes dava um pouco de milho. Em seguida, improvisava-se um aconchego para dormir, geralmente no chão, na areia mesmo. Alguns utilizavam o couro como revesto. De madrugada, ainda com as luzes das estrelas, começava-se a despertar para empreender a nova jornada. Ao amanhecer, se partia.

Burton (1942 *apud* Silva, 2006, p. 108) explica que o pouso era um lugar onde os tropeiros descansavam, os animais vagueavam livremente pelo pasto, os patrões faziam uma fogueira, penduravam a chaleira, à maneira cigana, em um tripé de madeira e estendiam o couro que protegia as cargas no chão como se fossem camas (Fig. 28).

Figura 28 – Trempe de tropeiro à moda cigana



Fonte: Pinheiro (2011)

Com base nas informações orais, fez-se o traçado de alguns caminhos das tropas de mercadorias, boiadas e jumentos. Segundo os depoimentos de São Lourenço do Piauí, o principal caminho era a estrada do “fio” que ligava São

Raimundo Nonato a Remanso. Este passava próximo ao atual traçado da BR-324. Ao lado da estrada, havia uma rede de dois fios fixos em postes de madeira. Segundo a tradição oral, essa estrada foi aberta por volta de 1916 para a manutenção da rede. O tropeiro Francisco Ribeiro dos Santos (2014) contou:

Quando criança, eu ouvia aquele barulho nos fios e corria pra ver, pensando que ia passar alguma carta, mas nunca passou, aquele barulho era apenas o povo na estação que ligava esses fios. Essa estrada do fio tinha nesses outros lugares tudo, até sair em São Paulo.

Em direção ao estado da Bahia o caminho seguia pela localidade de Caburé, Lagoa Grande e Queimadas, no estado do Piauí. Prosseguia pelos povoados de Morro Branco e Negros até se chegar a Remanso (Fig. 29). De acordo com as informações orais, na localidade de Queimadas havia um posto onde se cobrava imposto. Lá, todo o tropeiro que passasse devia pagar uma taxa. Esse posto ficava no centro do povoado, ao lado esquerdo da estrada do fio. Muitas tropas desviavam para não pagarem a taxa. O tropeiro Zifirino Ribeiro de Santana (2014) relatou que “as tropas que passassem pelo posto e não pagassem, eles iam atrás pra poder pagar, mas muitos desviavam e passavam sem eles ver.”

66

Quando iam em direção a Canto do Buriti, Itaueira, Pavussu, Rio Grande do Piauí, Jerumenha, Bom Jesus e Gilbués, os tropeiros passavam por São Raimundo Nonato, pelos boqueirões da Serra Branca (próximo à atual estação), até chegar a Canto do Buriti. De lá, seguiam para os outros destinos. Durante as viagens a Teresina e, às vezes, ao Maranhão, eles passavam por Itaueira e Floriano (Fig. 30 e 31).

Quando a finalidade era o comércio em Caracol e Japecanga, conduziam-se as tropas até São Raimundo e seguia-se pelos “carreiros”, passando por Bonfim do Piauí e São Braz. Após a cidade de Caracol, seguia-se novamente pelos carreiros estreitos, descendo a Serra das Confusões até se chegar a Japecanga (Fig. 32).

Segundo os entrevistados, o caminho das boiadas para Petrolina era pelos povoados de Salininha e Lages de Pedra, nos atuais municípios de Coronel José Dias e Dom Inocêncio, Lagoa do Alegre (divisa do Piauí com a Bahia) e Santana do Sobrado, em Casa Nova (Fig. 33). De Petrolina, alguns seguiam para Recife.

Figura 29 - Caminho dos tropeiros para Remanso – BA



Fonte: Google Earth (2014) modificado pelos autores

Figura 30 - Caminho das tropas para Teresina e Gilbués



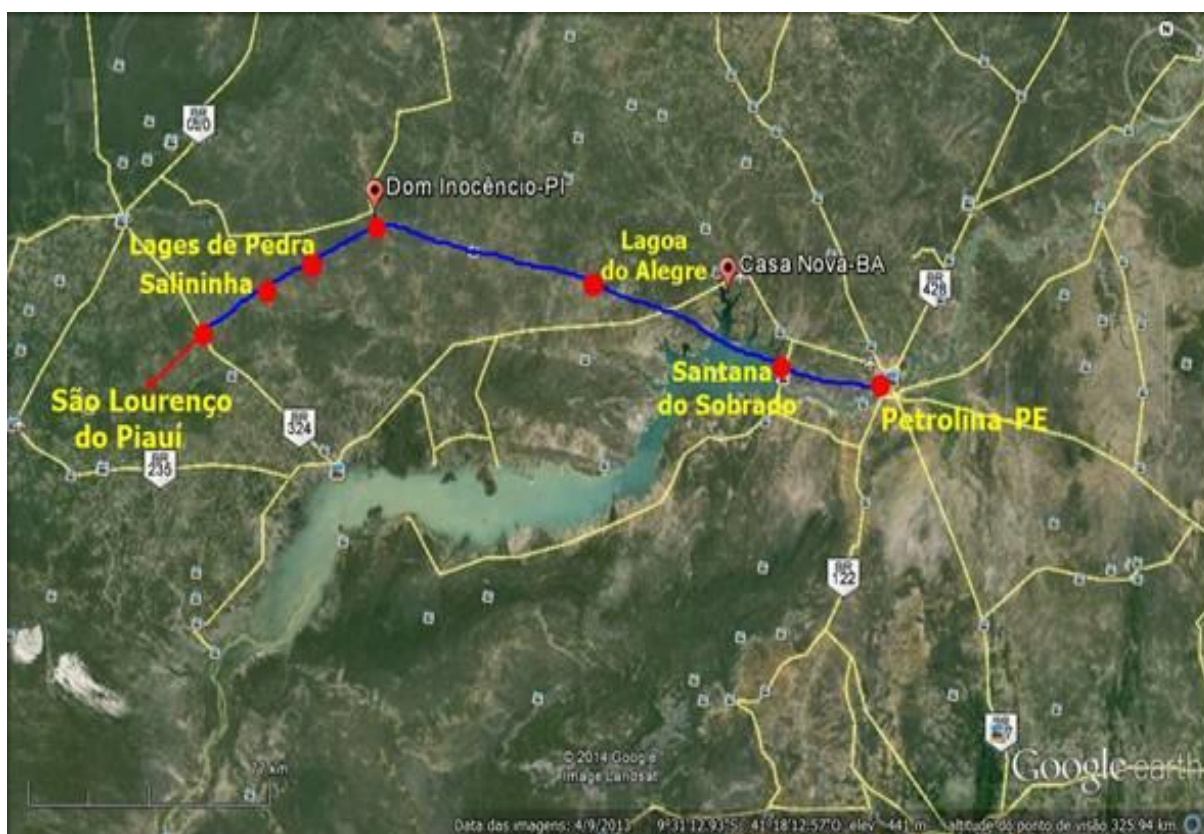
Fonte: Google Earth (2014) modificado pelos autores

Figura 31 - Mapa dos caminhos das tropas de São Lourenço a Japecanga



Fonte: Google Earth (2014), modificado pelos autores

Figura 32 - Mapa dos caminhos das boiadas a Petrolina, com passagem por Dom Inocêncio



Fonte: Google Earth (2014), modificado pelos autores

A partir da década de 1940, a empresa Hirchs & Hess⁸ cuja sede era na Fazenda Serra, conhecida atualmente como Serra dos Gringos, construiu a estrada de São Raimundo Nonato a Remanso (OLIVEIRA, 2009, p. 23). Isso facilitou o tráfego das tropas e, aos poucos, foram surgindo alguns automóveis. O tropeiro Raimundo Santana Ribeiro (2014) disse que: “Em 1952, eu trabalhei muito nesta estrada daqui pra São Raimundo. Começou a roçagem de Remanso pra cá. Quando ela deu da salgada pra cá, eu trabalhei muito nela com a roçagem daqui até São Raimundo”.

Nessa mesma década, Bitoso Silva, então Prefeito de São Raimundo Nonato, em parceria com a Igreja, construiu a estrada para as Confusões (rumo a Caracol), na época, carroçáveis (DAMASCENO, 2012, p. 240). Deste modo, os tropeiros que ainda seguiam rumo a Caracol e Japeganga utilizavam esses caminhos mais abertos e adequados para as cargas.

3.5 Centros Comerciais

69

Antes da existência de estradas e de automóveis, até meados do século XX, a população percorria longos caminhos em burros e jumentos em busca de mantimentos para sua subsistência e comercialização dos produtos manufaturados. Frasson e Gomes (2013, p. 6) dizem que “o tropeiro, além de sua atividade habitual de conduzir a tropa, era um comerciante, pois, no decorrer de sua jornada, comprava e vendia animais e outras mercadorias”. Os tropeiros viajavam até os centros comerciais, onde existiam as feiras com os mais variados produtos para consumo. Lá todos os negociantes fortes compravam suas mercadorias no atacado, permanecendo inúmeros dias de viagens no meio do sol escaldante.

Entre os centros comerciais para onde os tropeiros de São Lourenço se deslocavam destacam-se as seguintes cidades do Piauí: São Raimundo Nonato, Caracol, Japecanga, Canto do Buriti, Itaueira, Rio Grande do Piauí, Pavussu, Jerumenha, Bom Jesus, Gilbués e Teresina. Viajavam, também para Timon, no Maranhão e para Remanso – BA, bem como para Petrolina e Recife, no estado de Pernambuco (Fig. 33).

⁸ Empresa norte-americana do industrial nova-iorquino Adolpho Hirchs (OLIVEIRA, 2009, p. 22).

Figura 33 - Centros comerciais visitados pelos tropeiros de São Lourenço



Fonte: Google Earth (2014), modificado pelos autores

Os principais centros fornecedores de mantimentos eram Remanso - BA (Remanso antigo, hoje submerso devido à construção do Lago do Sobradinho) e São Raimundo Nonato - PI. O mercado do Remanso Antigo (Fig. 34) possuía grande variedade de produtos pelo o fato de estar localizado próximo ao Rio São Francisco e ter fácil acesso aos grandes centros comerciais de Juazeiro – BA e Januária - MG, através das navegações fluviais, bem como a facilidade para o plantio em vazantes.

Lá, no mercado de Remanso que se localizava junto ao porto fluvial, se adquiria milho, feijão, rapadura, sal, açúcar, fumo e outros artigos. Além disso, ainda se comercializavam a carne seca de boi, porco e bode, a tapioca e a farinha, ambas derivadas da mandioca, Comercializavam-se, também, pequenas boiadas e porcos que eram levados diretamente aos açougues. Quando o destino era Remanso, gastava-se cinco dias de viagem. Segundo Raimundo (2014),

Remanso tinha uma feira grande. Comprava e vendia tudo. Cada dia da semana era o dia daquela feira. Ali aparecia gente de fora pra comprar aquelas coisinhas. Mas sempre no comércio tinha aqueles negociantes que eram fortes e compravam de atacado pra poder revender. Aí a gente voltava pra trás.

Figura 34 - Mercado do Remanso Antigo na década de 1970



Fonte: Regis (2014)

Segundo a tradição oral, quando São Raimundo Nonato se tornou cidade, possuía um mercado pobre com algumas casas comerciais e poucos sortimentos. Os comerciantes eram fazendeiros que dependiam parcialmente das tropas para o abastecimento das feiras.

A partir da década de 1940, com a segunda fase do intenso comércio de látex de maniçoba, chegaram vários negociantes de outras regiões do País, o que fortaleceu o comércio local. Com a finalidade de melhorar espaço comercial, Bitoso, prefeito na ocasião, construiu a Praça Júlio Paixão. Esse logradouro, conhecido atualmente como Praça do Relógio era o ponto de encontro dos tropeiros que vinham à cidade todos os sábados, dia em que acontecia à feira (Fig. 35).

Os tropeiros de São Lourenço do Piauí passavam dois dias de viagem para comercializarem nessa feira. Compravam e vendiam mercadorias como: feijão e milho, entre outros artigos. O tropeiro Zifirino Ribeiro de Santana (2014) disse: “Quando eu era rapaz, tinha de sair daqui com uma carga de feijão no jumento pra vender no dia de sábado em São Raimundo. Aí vendia por quilo”.

Figura 35 - Feira de São Raimundo Nonato na década de 1940



Fonte: Galeria de imagens históricas de São Raimundo Nonato (2012)

Quando o destino dos tropeiros era Caracol, além de mercadorias, levavam-se, também, tropas de jumentos para comercialização, principalmente em Bonfim do Piauí que carecia desse tipo de animal para o trabalho na roça. Prolongava-se a viagem até Japecanga - PI onde se comprava arroz e mandioca para plantio. Nessa rota, os tropeiros chegavam a gastar até dez dias de viagem.

De acordo com os entrevistados, para cada região levavam-se diferentes mercadorias. Na direção de Canto do Buriti, Itaueira, Rio Grande do Piauí, Pavussu e Jurumenha, além de tropas de animais (jumentos), os tropeiros transportavam cargas de objetos feitos de caroá, como por exemplo, o surrão de caroá utilizado para o transporte de suas mercadorias. O tropeiro Raimundo Santana Ribeiro (2014) disse que “naquele tempo o povo aqui fazia muito surrão de caroá. Eu comprava muito ali pra o lado do Bom Jardim e levava pra revender, porque nessas regiões não tinha. Eu também fazia muito, tanto para o uso quanto para vender”.

Em 1938, Canto do Buriti era cenário de grande desenvolvimento da agricultura e pecuária em virtude da sua elevação à categoria cidade. As feiras

aconteciam no mercado, aos sábados. Nos dias atuais, o sábado ainda continua sendo o principal dia de feira no mercado municipal (Fig. 36). Nessa região, as terras eram propícias para a agricultura, mais precisamente o milho. De lá as tropas voltavam carregadas de milho e também de outros itens. Nessa rota, as viagens duravam até quinze dias.

Figura 36 - Mercado antigo, localizado na atual praça do Y, em Canto do Buriti



Fonte: Mercado antigo de Canto do Buriti (2010)

Para a região do Gurgueia, especificamente Gilbués e Bom Jesus, os tropeiros também levavam cargas de surrão de caroá. Doroteu Carlos da Mota assegura que “era um produto muito rentável na região”. No retorno para casa, as tropas traziam desses centros comerciais principalmente o arroz em casca, milho e algodão porque essa região sempre foi favorável ao plantio de tais grãos. Nessa rota gastava-se de dez a quinze dias, montados, tocando as tropas.

Desse mesmo modo, os tropeiros seguiam rumo a Teresina – PI e a Timon - MA, vendendo e comprando objetos e gêneros alimentícios. Esses eram os centros mais distantes para onde a viagem durava de vinte e cinco a trinta dias. Conforme

os relatos orais, as grandes boiadas, geralmente, eram comercializados em Petrolina - PE e, às vezes, em Recife - PE. Para Petrolina, os tropeiros gastavam aproximadamente doze dias de viagem. Para Recife demorava-se cerca de um mês, o que a tornava extremamente exaustiva. Raimundo Santana Ribeiro (2014) disse que:

As boiadas menores que a gente levava era quarenta, sessenta bois. Já tivemos de levar até cem bois. Naquele tempo tinha muito boi. Eram levados tocados. Quando eu ia, ia amontado, mas tinha muitos que iam a pé com a saca nas costas com o que comer na estrada, a marmitta amarrada do lado e tocando as boiadas. Andei muito com meu pai Joaquim Ribeiro vendendo boi em Petrolina.

Embora os tropeiros tocassem as boiadas diretamente até o mercado consumidor, em certos períodos, vinham boiadeiros de outras regiões para negociar boiadas e contratar vaqueiros, ou tropeiros e tocadores para levá-las até o local da revenda. Assim contou Zifirino Ribeiro de Santana (2014):

Antes de começar a transportar os bois em carro, vou lhe dizer bem, meu pai além de tropeiro era vaqueiro de uns homens ricos aqui pra baixo na Cortesia que hoje é Dom Inocêncio. Ele criava e era vaqueiro. Quando eles vendiam muito boi, eles juntavam dinheiro pra ele comprar garrote. Aquela pessoa que tinha um garrote ou dois que ia vender, meu pai comprava e aqui mesmo deixava. Criava no mato. Quando era tempo dos bois, vinham os boiadeiros comprar e contratar uma vaqueirada, homens tudo encourado, amontado a cavalo e burro pra pegar boi no mato, correndo atrás. Prendia até marcar o dia. Pegava aquela quantidade. Vinha aquele boiadeiro e comprava. Juntava aquela turma de vaqueiro, uns amontados e outros a pé e tocavam esse gado daqui pra vender em Recife.

A preferencia de venda das boiadas diretamente nos centros comerciais era decorrente do maior preço da arrouba em relação aos valores ofertados pelos boiadeiros que se deslocavam até a região. Todavia, esse gado era muito maltratado por causa da longa distância.

4 ARQUEOLOGIA E MEMÓRIA

Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir com imagens e imaginações de hoje, as experiências do passado. (CHAUI, 1987 *apud* PICOLI, 2010, p. 176).

4.1 Memórias dos Tropeiros

Com base nos conceitos de memória individual e memória coletiva de Halbwachs (2004), aborda-se a memória dos tropeiros de São Lourenço. Seguem-se os procedimentos da História Oral, conforme a definição de Pollak (1992) e os pressupostos de Meihy e Holanda (2010). A memória está associada geralmente a um grupo de pessoas ou personagens. Segundo Halbwachs (2004, p. 30):

Nossas lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós.

Partindo dessa ótica, o indivíduo nunca está sozinho, uma vez que suas memórias são recordadas e reafirmadas por outras pessoas que também fazem parte do grupo de referência. Assim, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes na forma material e sensível (HALBWACHS, 2004, p. 31).

Desse modo, o pensamento de um indivíduo poderá penetrar em diferentes grupos e em seguida adquirir informações que cada um pode emitir, ou seja, ao se presenciar um determinado acontecimento “sozinho”, procuram-se pessoas ou grupos que vivenciaram circunstâncias semelhantes para informar algo a respeito do ocorrido. Nesse sentido, reflete-se em conjunto, o que facilita a lembrança do que de fato sucedeu.

A memória individual não está absolutamente fechada ou isolada. Embora o indivíduo seja único, ele precisa invocar seu próprio passado, ou seja, recorrer às lembranças de outros grupos com os quais estabeleceu contato e construiu as suas

lembranças. Dessa maneira, é impossível uma memória ser inteiramente individual. Ela depende de outros grupos, seja por meio de sua presença física ou mentalmente lembrada, a partir das experiências compartilhadas no transcorrer da vivência em grupo.

Os tropeiros que compartilharam as experiências das tropeadas na região formaram um grupo de referência centralizado em suas memórias. Hoje, ao mencionarem fatos referentes a essa temática eles se identificam com a época em que os fatos aconteceram. A relação entre esses grupos se dá também pelas lembranças a partir do contato físico entre os mesmos, já que alguns deles permanecem vivos, ou mesmo através de objetos utilizados pelos próprios tropeiros.

A memória coletiva compreende o processo social da reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. A reconstrução da lembrança necessita da existência de uma comunidade efetiva, assim ajudando na recordação de fatos, caso sejam esquecidos. Para que isso aconteça é necessário harmonia entre os indivíduos ao partilhar um sentimento coexistido.

Dentro dessa perspectiva acredita-se que as lembranças dos tropeiros podem ser reconhecidas e reconstruídas à medida que os mesmos se revelam interessados em construir e reconstruir sua história de acordo com a suas memórias, por meios das lembranças que evocam. Elas podem ser reconhecidas pelo fato de o grupo ter vivido determinada situação e identificar-se com a mesma.

Tendo em vista que na sociedade em que se vivem as lembranças se fazem referência a determinados grupos com os quais se mantém ou se manteve contato, tornam-se coletivas as recordações de certo período de tempo. Nunca se está totalmente só. Sempre se leva em si um conjunto de pessoas inconfundíveis. Nesse sentido a memória individual associa-se à memória coletiva, na medida em que ela é construída por grupos a partir das relações sociais. Nesta pesquisa observam-se como os tropeiros se enquadram nessa dinâmica social, tendo em vista que eles construíram ao longo do tempo suas memórias individuais e coletivas.

Uma lembrança pode ser evocada ou simplesmente fugir. À medida que acontece um determinado distanciamento entre os grupos, a tendência é lembrar cada vez menos ou até mesmo chegar ao esquecimento (HALBWACHS, 2004). A

memória é, então, o passado se encontrando com o presente. O espaço é fundamental para isto porque as recordações serão sempre vivas ao se deparar com ele, mesmo que seja parcial. É possível constituir um determinado local na memória do grupo ou do próprio indivíduo, seja por tabela ou sentimento de pertencimento a tal grupo.

A memória é algo que pode ser transferido de uma pessoa para outra no decorrer do tempo, mesmo que não tenha vivenciado o fato, de modo que o indivíduo se identifique com o passado do outro. Nesse sentido, Pollak (1992, p. 203-204) infere:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

Observa-se que não há nenhuma memória estável. Ela é construída, herdada, transformada ou esquecida. Ela é adquirida e usada de maneira consciente ou inconsciente pelo indivíduo. Esta pesquisa apoiou-se, por isso, na História Oral. Pollak (1992, p. 207) argumenta que: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e oral”. Nessa ótica, a fonte oral é análoga à fonte escrita.

A História Oral permite, por meios eletrônicos, obter testemunhos para o entendimento da sociedade estudada. Partindo desse ponto de vista, Meihy e Holanda (2012, p. 18) dizem que “a formulação de documentos através de registros eletrônicos é um dos objetivos da História Oral. Contudo, esses registros podem também ser analisados a fim de favorecer estudos de identidade e memória coletiva”.

Deste modo, o estudo da memória e da História Oral é de grande importância por registrar conhecimentos que por acaso não tiveram a oportunidade de serem introduzidos junto ao registro oficial, assim como também dar visibilidade aos abandonados que tiveram suas histórias silenciadas ou esquecidas. As fontes orais contribuem para o preenchimento das lacunas deixadas pelos documentos escritos no tocante à história de classes privilegiadas. No que diz respeito a esta pesquisa, a

história oral foi agente principal para a reconstrução da história dos tropeiros de São Lourenço.

4.2 Etnoarqueologia e a Cultura Material dos Tropeiros

A partir do surgimento da Arqueologia Processualista, na década de 1960, começou-se a utilizar sistematicamente a Etnoarqueologia nas pesquisas arqueológicas. Neste período, os etnoarqueólogos dedicavam-se a buscar regularidades entre o comportamento humano e a sua produção de artefatos, que pudessem ser aplicadas para além das especificidades culturais dos grupos estudados (POLITIS, 2002, p. 65-66 *apud* POLONI, 2008, 42).

Na década de 1980, influenciados pelo modelo Pós Processualista investigava-se a relação entre a produção artefactual humana e os processos envolvidos nessa produção, buscando interpretar os significados desses processos para as sociedades investigadas (POLITIS, 2002 *apud* POLONI, 2008, 42). Neste período, a Etnoarqueologia deixou de ter uma abordagem arqueológica voltada, exclusivamente, à compreensão das populações do passado, para a se transformar em uma possibilidade de entender as populações do presente.

A partir da década de 1990, as pesquisas etnoarqueológicas multiplicaram-se, diversificando tanto os objetos de estudo quanto os seus objetivos, uma vez que passaram a abarcar perspectivas teóricas processualistas e contextualistas. Segundo Silva (2011, p. 134), a partir das críticas pós-processualistas, novos temas e problemas foram incorporados à pesquisa etnoarqueológica e o objetivo passou a ser o estudo e a compreensão dos aspectos simbólicos da relação do homem com o mundo material.

Para os pós-processualistas, a Etnoarqueologia é uma ciência social histórica que procura compreender fenômenos materiais e sociais do ponto de vista dos seus autores, ou seja, compreender os artefatos como manifestações materiais da cultura (DAVID e KRAMER, 2001 *apud* POLONI, 2008, p. 48). Assim sendo, os artefatos não são apenas instrumentos, mas também se referem a coisas que existem ao nível da ordem ideacional, sendo significantes com significados. Nesse sentido,

busca-se divulgar a cultura material dos tropeiros de São Lourenço, a partir de objetos semelhantes aos utilizados pelos mesmos durante o seu ofício.

A cultura material, como ponto de partida para a análise etnoarqueológica, por se tratar de um dos únicos registros que chegam até os pesquisadores como testemunho da ação dos grupos humanos em determinados ambientes, apresenta vários caminhos para que se possa desenvolver um estudo etnoarqueológico. Um desses caminhos pode ser pensado do ponto de vista da sua produção e de tudo que está por trás da sua confecção e, também, do indivíduo que a produziu e o lugar que ocupa esse objeto dentro do cotidiano do grupo.

No que tange à cultura material dos tropeiros, buscaram-se alguns objetos semelhantes aos usados por eles, desde itens para o transporte das mercadorias até acessórios utilizados nos cavalos. Dentre esses objetos, estão: mala de couro, alforje, cangalha, corda de reio (corda feita com couro) e sela. Segundo os relatos orais, os objetos utilizados nessa época eram confeccionados unicamente a partir do couro ou da fibra do caroá.

A partir dos dados etnográficos obtidos em campo, identificou-se a função de cada objeto usado no dia-a-dia dos tropeiros, ou seja, no seu ofício diário. Identificou-se, também, a técnica de produção de alguns artefatos confeccionados pelos próprios tropeiros. A mala de couro era utilizada para o carregamento de mercadorias, principalmente para o transporte de tapioca e rapadura (Fig. 37).

Segundo Francisco Ribeiro dos Santos (2014), “a tapioca era transportada somente na mala de couro porque, se a colocasse no surrão de caroá (objeto também utilizado pelas tropas) ela se moía toda. Na mala de couro ela chegava do mesmo jeitinho”. O alforje era utilizado para o transporte de alimentos de consumo durante as viagens (Fig. 38). Tal objeto também era confeccionado a partir do couro. A cangalha era a peça fundamental para o transporte das cargas. Ela era confeccionada com peças de madeira e couro, colocadas sobre o lombo do jumento para a acomodação da carga (Fig. 39). Para prender as cargas na cangalha, utilizavam-se as cordas de caroá ou reio (Fig. 40). Raimundo Santana Ribeiro (2014) conta com muito orgulho que produziu muitos objetos de couro e caroá e descreve como era confeccionada a corda de reio: “A corda de reio era feita assim, pegava o couro colocava dentro da água e cortava aquelas tiras de couro e ia enrolando umas nas outras até formar a corda”.

Figura 37 - Mala de couro usada pelo tropeiro Francisco Ribeiro



Fonte: Foto de Bertinho (2014)

Figura 38 - Alforje semelhante ao utilizado pelo tropeiro Zifirino Santana



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014).

Figura 39 - Cangalha semelhante à utilizada pelos Tropeiros



Foto: Bertinho (2014)

Figura 40 - Corda de couro usada pelo tropeiro Zifirino Santana



Foto: Fernanda Gomes da Mota (2014).

A maioria dos apetrechos usados pelos chefes ou responsáveis pelas tropas passou por certas modificações de configuração para a adição de novos implementos. Porém, ainda foi possível encontrar sela e silha (Fig. 41 e 42) semelhantes às utilizadas pelas tropas, em posse do tropeiro Francisco Ribeiro.

Segundo testemunhos orais, o conhecimento sobre a manufatura de objetos de caroá e couro era transmitido de geração em geração. Atualmente quase não existe mais essa prática. Esses objetos contemplam aspectos simbólicos do universo tropeiro. Eles intermedeiam a relação do homem sertanejo com o mundo material. A cultura material de um grupo pode fornecer diversas informações a respeito do seu cotidiano social e da sua dimensão simbólica.

A partir de um viés interpretativo, vê-se a cultura material como um componente ativo, responsável pelo estabelecimento de vários tipos de relações entre o grupo (HODDER, 1994 *apud* RIBEIRO, 2013, p. 20). Sob essa ótica, a cultura material dos tropeiros contribui de forma efetiva e eficaz para as atribuições culturais, sociais e simbólicas, possibilitando, assim, o entendimento do grupo.

Figura 41 – Sela e silha, utilizadas pelo tropeiro Francisco Ribeiro dos Santos



Foto: Bertinho (2014)

Figura 42 - Sela utilizada pelo tropeiro Francisco Ribeiro dos Santos



Foto: Bertinho (2014)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se apresentar parte da história e da memória dos tropeiros de São Lourenço do Piauí entre as décadas de 1920 a 1980, quando a única alternativa para a obtenção de gêneros alimentícios para a subsistência familiar era o deslocamento para regiões onde havia feiras e mercados. Era neste cenário que circulavam tropas grandes e pequenas de jumentos, contribuindo para a economia e o desenvolvimento das regiões por onde passavam.

A partir da História Oral, com viés arqueológico, foi possível conhecer a história dos tropeiros, as suas experiências vivenciadas como agentes culturais e o envolvimento com a produção de alguns objetos usados pelos mesmos. Assim, reavivou-se a memória do grupo. Ao explorar a maior número de fontes possíveis, sobretudo a oralidade, percebeu-se que os tropeiros apresentam uma materialidade diversificada, devido à diversidade de acessórios indispensáveis para a preparação das cargas e dos utensílios necessários para a viagem.

No decorrer da pesquisa observou-se que os tropeiros, apesar de demonstraram muito orgulho pela sua profissão, reconhecem-se pouco importantes para sociedade. O velho tropeiro Francisco Ribeiro dos Santos, por exemplo, perguntou por que se estava querendo saber sobre essas tropas de jumentos. Explicou-se a ele que seria para ajudar no trabalho de reconstruir uma história social dos tropeiros de São Lourenço, da qual ele fez parte e que desempenhou um papel muito importante para o desenvolvimento da região Sudeste do Piauí.

Esta pesquisa só foi possível por conta da existência de alguns personagens que estavam envolvidos diretamente nesse fenômeno social, quais sejam: tropeiros responsáveis por chefiar a tropa, arrieiros que cuidavam das tropas e tocadores que tangiam as boiadas. Segundo os entrevistados, os tocadores eram os menos favorecidos e mais maltratados. Um fator comum entre as entrevistas foi à socialização entre o grupo. Os entrevistados sentiam necessidade de mencionar o nome dos companheiros de tropeadas da época, além daqueles considerados ricos porque eram donos de grandes tropas.

Buscou-se, através dessa pesquisa, entender o modo de vida desse grupo para poder dar visibilidade e divulgar o seu cotidiano árduo. Quis-se revelar à sociedade a sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região sudeste do Piauí. Diante do exposto, percebe-se que, algumas questões ficaram resolvidas e outras ficaram por resolver. O estudo de grupos humanos, a exemplo dos tropeiros e sua interação com o meio estradeiro, as cidades, os pousos, as feiras, e os arrieiros, demandam muito tempo para embasamento teórico e metodológico que permita abordar um leque muito grande de relações e circunstâncias.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Décio. **Construindo a Moradia.**

Disponível em: <<http://decioadams.netspa.com.br/tag/tropeiros>>.

Acesso: 08 jun 2015.

ALBERTI, V. **Manual de historia oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALGATÃO, F. C.S. **Os Tropeiros no século XXI e o sentido contemporâneo dessa atividade: Estudo de caso no vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira.** X Encontro Regional Sudeste de História Oral. UNICAMP, Campinas, 2013.

Disponível: <<http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais>>

Acesso: 07 out 2014.

ALVES, Vicente E.L. **As bases históricas da formação do território piauiense.**

Geosul, v.18, n. 36, 2003.

Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul>.

Acesso: 07 out 2014.

A PÁGINA DA VIDA. **25 de Janeiro — Dia do Carteiro.**

Disponível em: <<http://apaginadavida.blogspot.com.br/2008/01/25-de-janeiro-dia-do-carteiro.html>>.

Acesso: 08 jun 2015.

BLOCH, M. In: Le Goff, J. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1998, 104 p.

CARPEGEANI, C.B. F; FILHO, C. B. R. **Caminho das Tropas: A Importância da preservação histórica e cultural como meio de preservação ambiental no Vale do Paraíba.** Revista Ciências e Humanas, Universidade de Taubaté, São Paulo, v.1, n.1, 2009.

Disponível em: <<http://www.unitau.br/revistahumanas>>.

Acesso: 12 out 2014

COSTA, Diogo M. **Arqueologia Histórica: Um panorama Espacial e Temporal.** In *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* v. 4, n. 2, 2010.

DAMASCENO, M.O. **Dom Inocencio Lopez Santamaría: Bispo missionário no sertão do piaui.** Dom Inocencio, 2012.

DEAGAN, K. **Líneas de investigación em Arqueología Histórica.** Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, V. 2, N. 1, 2008.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Carregadores de Cangalha.**

Disponível em: <<http://www.museudantu.org.br/brasil1.htm>>.

Acesso: 08 jun 2015.

DIAS, C. M. M. **Balaios e Bem-te-vis: A guerrilha sertaneja.** 2 ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

FILHO, A. G; QUEIROZ. P. R. C. **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Ed. UFGD, 2011. 462 p.

FRASSON, A. C.; GOMES, S. A. **Tropeirismo: Processo civilizatório da região sul do Brasil**, 2013.

Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>>

Acesso: 20 out 2014

FUNARI, P.P. “**O Amadurecimento de uma arqueologia histórica mundial**”. *Revista de História*, São Paulo, n.135, p. 163-168, 1996.

_____. **A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial**. In: Senatore, M. X.; Zarankin, A. (Edit). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**, Buenos Aires: Ediciones Del Tridene, p. 107-117, 2002.

_____. **Teoria e Arqueologia Histórica: a América Latina e o Mundo**. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 49-56, 2007.

_____. “**Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**”. *Mneme - Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileiras*, Campinas-SP, v.6, n.13, p. 1-5, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2005.

GALERIA DE IMAGENS HISTÓRICAS DE SÃO RAIMUNDO NONATO.

Disponível em: <<http://www.saoraimundo.com/noticias>>.

Acesso: 10 jan 2015.

GASPAR, Maria Dulce. **História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira**. In: *Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13, p. 269-301, 2003.

GHENO, D.A; MACHADO, N.T.G. **Arqueologia Histórica- Abordagens**. *História: Questões & Debates*, Curitiba: UFPR, n. 58, p. 161-183, 2013.

GONZATTO, Marcelo. **Saída ao Som do Cincerro**.

Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/11/parte-1-saida-ao-som-do-cincerro-4327144.html>>.

Acesso em: 08 jun 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Tania Andrade. **Arqueologia Histórica no Brasil: um balanço bibliográfico (1960-1991)**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pib=s0101-47141993000100015&lng=en &nrm=iso>.

Acesso em: 22/09/2011.

LINHARES, M.Y. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro, Campos, 1990.

MATOS, J.S; SENNA, A.K. **Historia oral como fonte: problemas e métodos**. História, Rio Grande, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

MERCADO ANTIGO DE CANTO DO BURITI.

Disponível em: <<http://tempostaldocantodoburiti.blogspot.com.br/2010/01/>>

Acesso em: 10 jan 2015

MOTA, Doroteu Carlos da. **Depoimento Oral**, 2014.

MOTT, L. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina, Vol. 8. 2010

NAJJAR, R. **Manual de arqueologia histórica**. Brasília, IPHAN. Brasília. 2005.

NEGREIROS, R. M. B. **As Trilhas da morte no sertão das pimenteiras-PI (1769-1815):** Caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 2012.

88

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES. S. P. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural**. Boletim eletrônico do Deser, nº 157, março/2007. Disponível: <www.deser.org.br/documentos>. Acesso em 26 out 2014.

ORSER, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

OLIVEIRA, A. S. **O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência**. Recife: UFPE, (tese de doutorado). 2007.

OLIVEIRA, A. P. **A casa rural no sudeste do Piauí: o sítio arqueológico histórico Casa do Avô do Sr. Nivaldo**. Monografia (Graduação). UNIVASF, 2009.

PAES, J. M. **Tropas e Tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto do Sertão Baiano**. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PICOLI, B. A. **Memória, História e Oralidade**. In: *Mnemosine Revista Brasil Colonia*. v.1, n.1, 2010.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

POLONI, R. J. S. **A Etnoarqueologia no Brasil: Ciência e Sociedade no Contexto da Redemocratização**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade do Algarve , Deptº de História, Arqueologia e Patrimônio, Faro, 2008.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. **Sem transporte público, alunos dormem em escola no Tocantins**.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/05/sem-transporte-publico-alunos-dormem-em-escola-do-tocantins.html>>.

Acesso: 09 jun 2015.

REGIS, Tovinho. **Cangalha – Sertão Nordestino – Remanso – Bahia**.

Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/tovinhoregis/4960386998>>.

Acesso: 09 jun 2015.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8ª ed. –Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REZENDE, J. F. da S. **O Materialismo Histórico e a posição do indivíduo na pesquisa arqueológica**. In *Revista de arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, n. 19. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, J. S. **Aspectos do cotidiano doméstico sertanejo: um estudo de caso do sítio Casa do avô do Sr, Nivaldo- Serra da Capivara- Coronel José Dias- PI, Brasil**. Monografia (Graduação). UNIVASF, 2013.

ROCHA, Levy. **Tropas e Tropeiros no Espírito Santo**.

Disponível em: <www.morrodomoreno.com.br/materias/tropas-e-tropeiros-no-espirtosanto.html>.

Acesso: 08 jun 2015.

RODAS DO SABER. **O Tropeirismo**.

Disponível em: < <https://rodasdosaber.wordpress.com/2013/05/07/roda-sobre-tropeirismo>>.

Acesso: 09 jun 2015.

ROSÁRIO, José. **Rosa Bonheur: óleo sobre tela**. Disponível em:

<joserosarioart.blogspot.com.br/2013/2010/rosa-bonheur.html>.

Acesso: 08 junh 2015.

SALERNO, M. A.; ZARANKIN, A.; **El sur por el sur: una revision sobre la historia y el desarrollo de La arqueologia histórica em La América meridional**. *Vestígios – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, Minas Gerais, v. 1, n. 1, 2007.

SANTOS, G. **Historia do Piauí**/ Gervasio Santos e Kenard Kruel. Teresina, Halley/Zodíaco, 2009. 538 p.

SANTOS, Francisco Ribeiro dos. **Depoimento Oral**, 2014.

SANTANA, T.M.C. **Guerra da Telha: Memória, História, Arqueologia e Patrimônio**. Monografia (graduação). UNIVASF, 2010.

SANTANA, Zifirino Ribeiro de. **Depoimento Oral**, 2014.

SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. **Tropeiros no Brasil – Burros de Carga**. Disponível em: <www.consciencia.org/tropeiros-no-brasil-burros-de-carga>. Acesso: 08 jun 2015.

SILVA, F. A. **Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). In *Revista Métis: história & cultura*, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2009.

SILVA, A. F. **“Meu avô era tropeiro!”: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (tese de Doutorado). 2009

SILVEIRA, Orlando. **Amanhã quem sabe**. Disponível em: <<http://orlandosilveira1956.blogspot.com.br/2014/03/amanha-quem-sabe.html>>. Acesso: 08 jun 2015.

SOUTH, S. **Reconhecimento de Padrões na Arqueologia Histórica**. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v. 1 n. 1, 2007.

SYMANSKI, L. C. **Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos**. Morales, W. F.; Prado, F. M. (Edit). Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural. In *Revista de Arqueologia*. Annablume/Acervo, 2009.

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VILANOVA, Romão. **Depoimento Oral**, 2014.

WAGNER, Alfredo. **Tropeiros no Barracão – Início do século XIX**. Disponível em: <www.capitaldasnascentes.org.br/cultura_tropeiros>. Acesso: 08 jun 2015.

ZNETTINI, P. E. **Maloqueiros e seus palácios de barro: O cotidiano doméstico na casa bandeirista**. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.

Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov 2014.

APÊNDICES

Roteiro de entrevistas estruturadas para o desenvolvimento de uma pesquisa referente à conclusão do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF

Tema: História, Memória e Cultura Material: Modo Vida dos Tropeiros de São Lourenço do Piauí (1920-1980)

Segue abaixo o roteiro estabelecido:

1. Qual o nome da fazenda que deu origem ao município de São Lourenço do Piauí?
2. Quem foi o primeiro morador e de onde veio?
3. Onde foram instaladas as primeiras casas de São Lourenço do Piauí?
4. Quais os meios de sobrevivência da época?
5. De onde vinham os produtos para o abastecimento da população?
6. Onde eram vendidos os produtos agropecuários de São Lourenço do Piauí?
7. Com que idade o tropeiro começava suas andanças?
8. Quais os caminhos percorridos pelos tropeiros?
9. Como eram transportados os produtos para consumo e a produção agropecuária para comercialização?
10. Quais as funções desses transportes além de produtos para consumo e venda?
11. Quantos animais eram utilizados para o transporte desses produtos?
12. Quais as dificuldades enfrentadas durante a viagem?
13. Que alimentos se usavam no caminho?
14. Havia desavenças durante a viagem?
15. Como e onde eram os pousos para descanso do animal e do tropeiro?
16. Quantas paradas se faziam o durante o dia?
17. Todos os animais resistiam ao trajeto?
18. Quantos dias eram necessários para chegar ao destino, desde os mais próximos aos mais distantes?
19. Que objetos os tropeiros utilizava para o transporte dos mantimentos?
20. Sabe onde encontrar objetos semelhantes aos usados pelos tropeiros?

**CESSÃO DE DIREITO SOBRE O DEPOIMENTO ORAL À UNIVASF –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO.**

1. Pelo presente documento, Doroteu Carlos da Mota
com número de RG - - - - e CPF - - - - residente e
domiciliado em Loaga da Bonita - São Lourenço, Pcede e transfere neste ato,
gratuitamente, em caráter universal e definitivo a UNIVASF a totalidade dos seus direitos
patrimoniais de autor sobre o depoimento oral que é transcrito no protocolo de entrevistas
prestados no dia 25-10-2014 na cidade de Loaga Bonita - São Lourenço do Piauí,
perante o pesquisador(a) Fernanda Gomes da Mota
2. Na forma preconizada pela legislação nacional e convenções internacionais de que o
Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que este
termo, terá indefinidamente o direito de exercício pleno dos seus direitos morais
sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião
de qualquer utilização.
3. Fica, pois a UNIVASF plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento no todo
ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil
e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só fim.

Loaga da Bonita - São Lourenço do Piauí 25/10/2014
Doroteu Carlos da Mota
UNIVASF

TESTEMUNHAS

Leila Celia de Santana Mota Santos
Alberto Santana da Mota

**CESSÃO DE DIREITO SOBRE O DEPOIMENTO ORAL À UNIVASF –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO.**

1. Pelo presente documento, Francisco Ribeiro dos Santos
com número de RG 2.471.434 e CPF 5.350.551.434-9 residente e
domiciliado em São Lourenço do Piauí cede e transfere neste ato,
gratuitamente, em caráter universal e definitivo a UNIVASF a totalidade dos seus direitos
patrimoniais de autor sobre o depoimento oral que é transcrito no protocolo de entrevistas
prestados no dia 26-10-2014 na cidade de São Lourenço do Piauí
perante o pesquisador(a) Jananda Gomes da Mota
2. Na forma preconizada pela legislação nacional e convenções internacionais de que o
Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que este
termo, terá indefinidamente o direito de exercício pleno dos seus direitos morais
sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião
de qualquer utilização.
3. Fica, pois a UNIVASF plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento no todo
ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil
e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só fim.

São Lourenço do Piauí _____ 26/10/2014

OBS: Impossibilidade de assinar UNIVASF _____

TESTEMUNHAS

Teracilcin Gomes Ribeiro Alves
Regiana Gomes Mota

**CESSÃO DE DIREITO SOBRE O DEPOIMENTO ORAL À UNIVASF –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO.**

1. Pelo presente documento, Raimundo Santana Ribeiro
com número de RG 10.952.097 e CPF - - - residente e
domiciliado em Coque das Melancias, São Lourenço cede e transfere neste ato,
gratuitamente, em caráter universal e definitivo a UNIVASF a totalidade dos seus direitos
patrimoniais de autor sobre o depoimento oral que é transcrito no protocolo de entrevistas
prestados no dia _____ na cidade de _____
perante o pesquisador(a) Francinete Gomes da Mota

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e convenções internacionais de que o
Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que este
termo, terá indefinidamente o direito de exercício pleno dos seus direitos morais
sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião
de qualquer utilização.

3. Fica, pois a UNIVASF plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento no todo
ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil
e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só fim.

Coque das Melancias - São Lourenço de Piau: 25/10/2014
Raimundo Santana Ribeiro UNIVASF

TESTEMUNHAS

Francinete Gomes da Mota
Odete Hermelina Gomes

**CESSÃO DE DIREITO SOBRE O DEPOIMENTO ORAL À UNIVASF –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO.**

1. Pelo presente documento, Romão Vilanova
com número de RG - - - e CPF 526497763-15 residente e
domiciliado em Caraibas - São Lourenço do Piauí cede e transfere neste ato,
gratuitamente, em caráter universal e definitivo a UNIVASF a totalidade dos seus direitos
patrimoniais de autor sobre o depoimento oral que é transcrito no protocolo de entrevistas
prestados no dia 25-10-2014 na cidade de Caraibas - São Lourenço do Piauí
perante o pesquisador(a) Fernando Gomes da Costa
2. Na forma preconizada pela legislação nacional e convenções internacionais de que o
Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que este
termo, terá indefinidamente o direito de exercício pleno dos seus direitos morais
sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião
de qualquer utilização.
3. Fica, pois a UNIVASF plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento no todo
ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil
e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só fim.

Caraibas - São Lourenço do Piauí, 25/10/2014
Romão Vilanova UNIVASF

TESTEMUNHAS

Genato Santana Vilanova
Felice Santana Vilanova

**CESSÃO DE DIREITO SOBRE O DEPOIMENTO ORAL À UNIVASF –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO.**

1. Pelo presente documento, Filipino Ribeiro de Santana
com número de RG - - - e CPF 498206483-00 residente e
domiciliado em Quimada Velha - São Lourenço - PE cede e transfere neste ato,
gratuitamente, em caráter universal e definitivo a UNIVASF a totalidade dos seus direitos
patrimoniais de autor sobre o depoimento oral que é transcrito no protocolo de entrevistas
prestados no dia 25-10-2014 na cidade de Quimada Velha - São Lourenço do Piauí
perante o pesquisador(a) Fernando Gomes da Mota,

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e convenções internacionais de que o
Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que este
termo, terá indefinidamente o direito de exercício pleno dos seus direitos morais
sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião
de qualquer utilização.

3. Fica, pois a UNIVASF plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento no todo
ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil
e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só fim.

Quimada Velha - São Lourenço do Piauí 25/10/2014

Obs: Impossibilidade de assinar UNIVASF

TESTEMUNHAS

Maria de Santana Ribeiro

Ramundo Ribeiro de Santana